

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

2010/2011



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

AS GUERRAS DE QUARTA GERAÇÃO

O TEXTO CORRESPONDE A UM TRABALHO ELABORADO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO NO IESM, SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA MARINHA, DO EXÉRCITO E DA FORÇA AÉREA.

Gustavo Ferreira Gapo
Major de Transmissões



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

AS GUERRAS DE QUARTA GERAÇÃO

Gustavo Ferreira Gapo

Major de Transmissões

Trabalho de Investigação Individual do CEM-C 2010/11

Lisboa – 2011



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

AS GUERRAS DE QUARTA GERAÇÃO

Gustavo Ferreira Gapo

Major de Transmissões

Trabalho de Investigação Individual do CEM-C 2010/11

Orientador: TCor Tm (Eng) Costa Guilherme

Lisboa – 2011



*À Beatriz e à Matilde,
pelo tempo que não lhes pude dedicar durante o decorrer do CEM.*



Agradecimentos

As primeiras palavras de agradecimento vão naturalmente para o meu orientador, TCor Tm Costa Guilherme, pela liberdade académica que me conferiu na execução de todo o trabalho, e pelas importantes linhas orientadoras que permitiram a sua elaboração e conclusão.

Agradeço de igual forma toda a atenção dispensada pelo TCor Tm Viegas Nunes, da Divisão de Comunicações e Sistemas de Informação do Estado Maior do Exército (EME), e pelos TCor Inf Brito Teixeira e TCor Eng Nuno Quaresma, da Divisão de Planeamento de Forças, também do EME. Os contributos prestados foram de extrema importância para o enriquecimento do conteúdo e para a conclusão, do presente trabalho de investigação.

Não posso deixar de dirigir também, com bastante agrado, algumas palavras ao Director do Curso de Estado Maior Conjunto, Cmdt Maia Martins. A sua permanente disponibilidade no apoio fornecido ao curso, nas mais variadas circunstâncias, foi de extrema importância, principalmente para a elaboração dos Trabalhos de Investigação. Por outro lado, a sua presença constante junto aos alunos do CEMC, permitiu apoio em muitas outras vertentes, das quais gostaria de destacar a vertente pessoal. A sua constante procura de soluções que nos permitiram resolver questões relacionadas com a nossa vida privada, muito ajudaram para que conseguíssemos “*levar a carta a Garcia*”, perdoem-me o “jargão”!

As últimas palavras serão inevitavelmente dirigidas a todos os meus camaradas de curso. Há já cerca de um ano que iniciámos o Curso de Estado Maior Exército, e há cerca de sete meses o curso conjunto. A camaradagem vivida nestes tempos vai de certo prevalecer durante muitos anos, quando agora conseguimos mandar para trás das costas todas as etapas que tivemos de atravessar, durante esta longa caminhada.

Obrigado a todos pela vossa preciosa ajuda nas diferentes formas!



Índice

1. Introdução	1
2. Enquadramento teórico.....	6
a. As teorias clássicas da guerra.....	6
b. A transformação da guerra	7
c. Velhas guerras e novas guerras	8
d. A revolução nos assuntos militares (RAM)	9
e. Gerações da guerra.....	10
(1) Guerras de Primeira Geração (G1G).....	10
(2) Guerras de Segunda Geração (G2G).....	11
(3) Guerras de Terceira Geração (G3G)	11
(4) Guerras de Quarta Geração (G4G).....	12
f. Síntese conclusiva	13
3. As G4G – análise conceptual.....	15
a. A teoria das gerações da guerra e as G4G.....	15
b. Críticas e comentários à teoria das G4G	17
c. Síntese conclusiva	21
4. Os conflitos atuais como casos de estudo	23
a. Construção do modelo de análise.....	23
b. A guerra do Vietname (1956-1975)	24
c. A guerra com a União Soviética no Afeganistão (1979-1989).....	24
d. As guerras Irão-Iraque (1980-1988), Primeira Guerra do Golfo (1991), da Bósnia-Herzegovina (1992-1995) do Kosovo (1996-1999).....	25
e. A intervenção no Afeganistão pós 11 de setembro (2001-?)	27
f. A guerra do Iraque (2003).....	28
g. A guerra de Israel com o Hezbollah (2006)	29
h. As recentes revoluções na África e na Ásia	29
i. Síntese conclusiva	30
5. Perspetivas de evolução da guerra	32
a. A “digitalização” da Guerra.	32
b. A “Comprehensive Approach” da NATO	34



c. Uma Quinta Geração da Guerra?	36
d. Síntese conclusiva	38
6. Portugal e as G4G	40
a. A Guerra Colonial Portuguesa	40
b. Situação internacional atual	41
c. Documentos nacionais enquadrantes	43
d. Síntese Conclusiva	44
7. Conclusões	45
Referências bibliográficas	49
Apêndice 1 - Corpo de conceitos	1
Apêndice 2 – Características particulares das G4G	4
Apêndice 3 – Descrição dos autores	7



Resumo

A humanidade evoluiu de forma extraordinária no aspecto tecnológico mas, lamentavelmente, continuam a existir conflitos dentro da espécie humana, que resultam na perda sistemática de milhares de vidas. Hoje, apesar do constante progresso em todo o espectro da actividade humana, continuam presentes conflitos nos quatro cantos do mundo.

O estudo da evolução da guerra tem sido recorrente ao longo dos tempos, existindo actualmente muitas abordagens relativamente aos diferentes modos como tem ocorrido a sua transformação. A compreensão do fenómeno da guerra revela-se de primordial importância, quando importa igualmente ter consciência de qual será a melhor forma, na actualidade, de conduzir as operações militares.

Apesar das diferentes teorizações, prevalece no entanto o consenso que nos deparamos hoje com um novo tipo de guerras. Alguns autores designam-nas como “nova conflitualidade”, “novas guerras”, “a transformação da guerra”, entre outras, como referimos durante a nossa investigação. Este trabalho pretende estudar essa evolução mediante a teoria das “gerações da guerra”, em particular para as “guerras de quarta geração”, tema central do nosso estudo.

Sendo importante compreender a condução da guerra na actualidade, é também necessário conhecer as ameaças a que a sociedade se encontra sujeita, bem como aquelas que podem eventualmente surgir. Neste sentido, apresentamos também uma perspectiva da evolução da guerra no futuro, para que seja possível daí retirar as devidas conclusões e compreender a forma como temos de nos preparar para garantirmos a nossa segurança.

Encerramos o nosso estudo com uma breve análise à posição de Portugal, no quadro das principais organizações de natureza política e militar a que pertence, quanto às medidas que são necessárias adoptar relativamente às guerras de quarta geração e às novas ameaças.



Abstract

Mankind has evolved dramatically concerning technology, but unfortunately, there are still conflicts within the human species, which result in the systematic loss of thousands of lives. Today, despite the steady progress across all Spectrum of human activity, conflicts are still present all over the world.

The study of warfare evolution has been recurrent throughout the ages, and today there are many different approaches regarding the way that transformation has occurred. Understanding the phenomenon of war seems to be very important, when we should also be aware the best way to fight back and conduct military operations.

Despite all different theories, a consensus remains between all of them, that we face today a new form of war. Some authors describe them as "new conflicts", "new wars", "the transformation of war", among many others, as reflected during our research. This paper aims to study this evolution using the theory of "generations of war", particularly for "fourth generation warfare", the central theme of our study.

While it is important to understand the conduct of warfare today, it is also necessary to comprehend the new threats that global society can meet, as well as those that might suddenly appear. In this way, we present an overview of the evolution of war in the future, so that we can obtain the appropriate conclusions and understand how we must prepare ourselves to ensure our security.

We end our study with a brief analysis of the position of Portugal as part of the main political and military organizations it belongs to, on what measures are necessary to adopt concerning fourth generation warfare and to the new threats.



Palavras-chave

Quarta Geração

Nova conflitualidade

Novas guerras

Gerações da Guerra

Evolução dos conflitos

Guerras atuais



Lista de abreviaturas

A

ADM – Armas de Destruição Massiva

B

BG – *Battle Group*

C

C2 – Comando e Controlo

CEM – Conceito Estratégico Militar

CEMC – Curso de Estado Maior Conjunto

CEME – Chefe de Estado Maior do Exército

CFT – Comando das Forças Terrestres

CID – Comando de Instrução e Doutrina

CIMIC – *Civil-Military Cooperation*

COIR – Curso de Operações Irregulares

COIN – *Counter-insurgency*

COP – *Common Operational Picture*

COPD – *Comprehensive Operations Planning Directive*

D

DIME– Diplomático, Informacional, Militar e Económico

DMD – Directiva Ministerial de Defesa

DMIR – Directiva Ministerial para a Implementação da Reforma

E

EUA – Estados Unidos da América

EMGFA – Estado Maior General das Forças Armadas

F

FA – Forças Armadas

FDI – Forças de Defesa de Israel

FND – Forças Nacionais Destacadas

G

G1G – Guerras de 1ª Geração

G2G – Guerras de 2ª Geração

G3G – Guerras de 3ª Geração



G4G – Guerras de 4ª Geração

G5G – Guerras de 5ª Geração

GBR – Grã-Bretanha

GCR – Guerras Centradas em Rede

H

HUMINT

I

IGM – Primeira Guerra Mundial

IIGM – Segunda Guerra Mundial

IED – *Improvised Explosive Devices*

ISAF – *International Security Assistance Force*

L

LPM – Lei de Programação Militar

N

NATO – ver OTAN

NRF – NATO Response Forces

O

OAP – Operações de Apoio à Paz

OBE – Operações Baseadas em Efeitos

OCR – Operações Centradas em Rede

OI – Organizações Internacionais

ONG – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas (ou UN – *United Nations*)

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte (ou NATO – *North Atlantic Treaty Organization*)

P

PIB – Produto Interno Bruto

Q

QD – Questão Derivada

QP – Quadro Permanente

R

RAM – Revolução dos Assuntos Militares



RI – Relações Internacionais

RMC – Revolução dos Assuntos Militares em Curso

S

SPI – Sistema Político Internacional

T

TII – Trabalho de Investigação Individual

TO – Teatro de Operações

TTP – Técnicas, Táticas e Procedimentos

U

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UE – União Europeia

W

WTC – *World Trading Centre*



1. Introdução¹

O conceito de “Guerra de 4ª Geração” surgiu nos finais da década de 80, e começou a ser utilizado por especialistas nesta temática para caracterizar o modo como a guerra passou a ser conduzida, possibilitando uma melhor compreensão da maneira como poderia ser combatida mais eficazmente. Tomando como referência os finais do Séc. XVII, os teorizadores e seguidores desta linha de pensamento consideram que os conflitos armados evoluíram ao longo dos tempos, e podem assim ser divididos em quatro gerações (Pinheiro, 2007: 1):

- “Guerras de Primeira Geração” (G1G) , aquelas que ocorreram a partir da “Paz de Vestefália”², onde a guerra se caracterizou pelo emprego preponderante do “Princípio da Massa”³, culminando nas campanhas napoleónicas;
- “Guerras de Segunda Geração” (G2G), onde se procurou uma solução na concentração de fogos, a maior parte de artilharia. Tinham como objetivo o atrito entre as forças, onde a doutrina (resumida pelos franceses) considerava que “a artilharia conquista, a infantaria ocupa”. Este tipo de guerra teve o seu apogeu na Primeira Guerra Mundial;
- “Guerras de Terceira Geração” (G3G) dominadas pela “Manobra”, caracterizadas pela “blitzkrieg”³, tática desenvolvida pelos alemães na Segunda Guerra Mundial (IIGM). Taticamente, durante o ataque, o militar da Terceira Geração procura entrar nas áreas de retaguarda do inimigo, causando-lhe o colapso da retaguarda para a frente. Ao contrário de “aproximar e destruir”, a tática utilizada era a de “ultrapassar, passar e causar o colapso”. Na defesa, o conceito era o de atrair o inimigo para depois impossibilitar-lhe a retirada.

¹ A redação deste trabalho rege-se pelo “Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa”, conforme aprovado para ratificação pela Resolução da Assembleia da República n. 26/91, de 23 de agosto de 1991 (Diário da República n. 193, Série I-A) e Aviso n. 255/2010, de 17 de setembro de 2010, do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Diário da República n. 182, Série I-A).

² Tratado estabelecido em 1648, que para além de colocar um fim à Guerra dos Trinta Anos, definiu os princípios de soberania e igualdade entre Estados, proporcionando o início das relações internacionais entre Estados soberanos e a constituição do novo sistema de Estados da Europa.

³ Ver definição no “Apêndice 1 – Corpo de conceitos”



- Por fim, “Guerras de Quarta Geração” (G4G), que resultam de uma evolução que visa tirar vantagem das mudanças política, social, económica e tecnológica vividas desde a Segunda Guerra Mundial.

Este novo tipo de guerra proliferou, particularmente, por ocasião do auge da Guerra Fria, quando a ameaça do holocausto nuclear consequente da confrontação entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), atemorizava o mundo.

Os governos já não podem tomar como garantida a lealdade das pessoas que residem no interior das fronteiras do seu Estado, ou seja, têm de competir por ela, sendo esta uma importante e crucial mudança para as G4G. Por outras palavras, a nova forma de organização social é um retorno a uma forma mais tribal de existir, e os combatentes das G4G alavancam esses vínculos e interesses, através da aplicação de força letal em massa na guerra contra os seus inimigos, de uma forma consideravelmente mais rápida e mais robusta do que as forças das G3G.

Justificação e importância da investigação

Na nossa época, predominam as intervenções normalmente autorizadas por mandato internacional ou unilateral, tendo origem em motivos humanitários ou de segurança internacional, potenciadas de uma forma geral por outros motivos, sobretudo económicos, que no passado justificavam por si só as intervenções, mas que hoje são insuficientes para legitimá-las perante a opinião mundial ou até mesmo dentro dos países intervenientes.

Assim, tal como evoluiu a espécie humana, a sociedade e a tecnologia ao longo dos tempos, também evoluiu a guerra desde os seus primórdios, tornando-se necessário compreender de que forma ela se desenvolve na atualidade, para que se possa, paralelamente, desenvolver a melhor forma de conduzir as operações. É neste contexto que iremos abordar a temática das Guerras de Quarta Geração (G4G) ao longo deste trabalho.

Objeto, delimitação e limitações do estudo

Apesar de existirem diferentes aproximações relativamente à forma como a guerra evoluiu, delimitamos o nosso estudo à análise das várias gerações da guerra de acordo com as perspetivas de vários autores sobre esta temática, não deixando de fazer referência às outras linhas de pensamento ou teorizações.



Uma vez que a análise do conceito das G4G não está diretamente relacionada com a utilização ou não das mais recentes tecnologias nas operações militares, embora elas estejam disponíveis e sejam efetivamente usadas, atualmente, delimitamos também a nossa análise, de forma a excluir, como fator determinante, o impacto da condução das operações através das capacidades mais avançadas de Comando e Controlo (C2). Reservamos no entanto no quinto capítulo uma pequena abordagem a esta questão.

O presente estudo tem por objeto a caracterização das G4G, as perspetivas futuras para a evolução da guerra e, numa última análise, a posição de Portugal relativamente à forma como está preparado para este novo tipo de conflitualidade.

Objetivos da investigação

Definimos os seguintes objetivos para esta investigação:

- Analisar o conceito de gerações da guerra, relativamente a outras teorizações existentes;
- Identificar e analisar das diferentes perspetivas existentes relativas ao conceito de G4G, e das guerras da atualidade;
- Obter um modelo de análise que sirva de referência à caracterização das G4G;
- Efetuar uma análise às guerras da atualidade e a sua relação as G4G;
- Elaborar uma caracterização da possível evolução futura da guerra;
- Analisar a posição de Portugal, das suas possibilidades, limitações e capacidades, face à sua participação nas G4G.

Metodologia, percurso e instrumentos

Para a elaboração deste trabalho, optámos por usar como metodologia de investigação científica o método dedutivo, que teve por base a pesquisa bibliográfica e documentação sobre o tema em apreço. Focámo-nos em autores de referência, nacionais e estrangeiros. Em complementação da pesquisa, efetuámos também algumas entrevistas a entidades nacionais com conhecimentos comprovados sobre esta temática.

O estudo em apreço pretende responder à questão central “De que forma está o conceito de “Guerra de Quarta Geração” devidamente adaptado e em conformidade com as guerras da atualidade, e qual será o seu futuro?”

Como instrumento orientador de pesquisa, foram levantadas as seguintes questões derivadas (QD):



- QD1: De que forma evoluiu a guerra desde as G1G até à atualidade?
- QD2: Qual é o entendimento genérico do conceito de G4G entre os diversos autores nesta matéria?
- QD3: Considerando as guerras da atualidade, como as poderemos caracterizar, de forma genérica, quanto à teoria das gerações da guerra?
- QD4: Face à emergência de novas ameaças, e ao contínuo crescimento do impacto da globalização na sociedade em geral, qual a evolução da guerra no futuro?
- QD5: De que forma está Portugal preparado e adaptado para participar nas guerras da atualidade, ou para efetuar o seu planeamento face à evolução da guerra?

Para respondermos às QD, admitimos as seguintes hipóteses de trabalho:

- H1: A condução da guerra está relacionada com os fatores táticos, tecnológicos e estratégicos, em vigor no período em que ocorrem.
- H2: A divisão da evolução da guerra em gerações, adapta-se à evolução do fenómeno da guerra, constituindo as G4G um modelo válido para caracterizar os conflitos contemporâneos.
- H3: As guerras mais recentes são assimétricas, conduzidas entre atores não-estatais contra estados soberanos, de acordo com o conceito de G4G.
- H4: Os conflitos do futuro manter-se-ão como guerras entre Estados e atores não-estatais, não obstante a existência de uma capacidade de destruição que poderá ser bastante mais elevada através da utilização de novas armas, com maior efeito devastador.
- H5: As recentes transformações ocorridas nas Forças Armadas (FA), permitem que Portugal participe em G4G apenas em ambiente multinacional, nas capacidades definidas nos seus níveis de ambição⁴.

Organização e conteúdo da investigação

Para uma melhor compreensão da presente investigação, propomo-nos a apresentar uma síntese conclusiva em cada um dos capítulos que o compõem, que tem como finalidade responder às questões derivadas anteriormente apresentadas.

⁴ Os níveis da ambição para as FA foram definidos em 2003, através do Conceito Estratégico Militar, aprovado pelo Ministro de Estado e da Defesa Nacional, em 22 de dezembro de 2003, e confirmado pelo Conselho Superior de Defesa Nacional em 15 de janeiro seguintes.



A resposta à questão central será efetuada através da análise das questões derivadas, no capítulo final das conclusões. Para cumprir estes objetivos, organizamos o trabalho em sete capítulos:

O primeiro capítulo corresponde à presente introdução, tendo por finalidade a apresentação das linhas gerais da investigação, bem como a sua articulação e apresentação.

O segundo capítulo pretende apresentar um enquadramento acerca das diferentes linhas de pensamento e teorizações existentes relativamente ao conceito e à evolução do conceito de “guerra”, desde o começo do estudo deste fenómeno até à atualidade.

No terceiro capítulo efetuamos uma análise conceptual às G4G, numa primeira fase relativamente ao que levou ao desenvolvimento do conceito, e posteriormente segundo a perspetiva de diversos autores de referência, confrontando e expondo as diferentes opiniões relativas ao tema central deste trabalho de investigação.

O quarto capítulo inicia-se com a apresentação de um modelo de análise, tendo por base as conclusões apresentadas no capítulo precedente, que melhor descreve aquilo que se podem considerar, atualmente, as G4G. Este modelo servirá como referência para os casos de estudo apresentados neste capítulo, respeitantes a algumas guerras mais recentes, para que possamos, desta forma, verificar as características destas guerras em contraposição ao nosso modelo.

Uma vez que a evolução da guerra, ou o modo como é conduzida, tem sofrido constantes alterações ao longo dos tempos, consideramos importante reservar o quinto capítulo para redigir uma possível prospetiva da evolução dos conflitos armados no futuro.

No sexto capítulo será feita uma breve análise à posição de Portugal e das suas FA, relativamente à capacidade de participação e adaptação às G4G, bem como aos novos conflitos emergentes.

Concluiremos o nosso estudo com a apresentação das conclusões e possíveis propostas, no sétimo e último capítulo deste trabalho.



2. Enquadramento teórico

As origens dos conflitos na sociedade humana são quase tão remotas como a origem da nossa espécie. A própria evolução da sociedade, quando relatada historicamente, está normalmente relacionada com as batalhas, conquistas ou ocupações dos diversos povos, tribos ou civilizações.

Apesar da sua antiguidade se reportar a muitos milhares de anos, espelhada muitas vezes na literatura e na arte, o fenómeno da guerra só começou a ser estudado, e devidamente enquadrado nas teorias da guerra e das relações internacionais, a partir de meados do Séc. XIX, tendo especial relevância nas teorizações do General prussiano Carl Van Clausewitz e do General franco-suiço Antoine-Henri Jomini.

A chamada Paz de Vestefália, através da assinatura dos Tratados de Münster e Osnabrück, em 1648, serviu de referência aos autores supracitados para caracterizar as guerras como conflitos entre Estados soberanos, que tiveram a sua origem nestes acordos.

Assumindo este acontecimento histórico como ponto de partida para o nosso estudo, existem diferentes abordagens quanto à forma como a guerra evoluiu ao longo dos tempos até aos nossos dias, que culminam com a sua descrição e caracterização na atualidade.

a. As teorias clássicas da guerra

Apesar de antagónicas na sua maioria, as teorias clausewitzianas e jominianas sobre a guerra serviram de base para a elaboração de estratégias e para a edificação dos aparelhos militares a partir do Séc. XIX, cujos princípios basilares perduraram até às guerras mais importantes do Séc. XX.

Clausewitz, na sua obra mais conhecida “*Da Guerra*”, descreveu a guerra sob a forma de uma perspetiva trinitária⁵: uma dinâmica entre o Estado, o seu Exército e a sua população. A guerra era assim conduzida por Estados, que possuíam o monopólio da violência, exercendo através dela a proteção dos seus interesses. Era assente na identidade e cultura da população, e combatida pelos seus Exércitos, constituídos a partir deste período por cidadãos nacionais, ao contrário dos exércitos de mercenários de períodos anteriores. Clausewitz (*apud* Kaldor, 2007: 23) faz ainda uma relação entre estes três

⁵ Também conhecida como a “Trindade de Clausewitz”



níveis, referindo que operam através da razão (Estado), da oportunidade e da estratégia (Exército) e da emoção (população), o que vale por dizer que, ao nível político, é reconhecida ao Estado a legitimidade para exercer o uso da força de maneira a conseguir atingir os seus fins últimos; a nível militar tem-se por objetivo a tentativa de utilizar os Exércitos para desarmar o adversário, impossibilitando a sua capacidade de ripostar; a nível emocional, a vontade de combater depende da motivação da população, já que considera que nela podem ser geradas hostilidades e libertadas paixões, na maior parte das vezes de forma incontrolável.

Por sua vez, Jomini, com a sua obra “*Os Princípios da Arte e da Guerra*”, ao contrário de Clausewitz – que baseou a sua teoria em princípios incomensuráveis como a capacidade de liderança das chefias militares e a emoção das populações – tentou encontrar uma fórmula estanque, através de critérios mensuráveis, para a condução da guerra. Como refere Silva (2003: 28), Jomini concebeu um algoritmo como solução possível para a resolução de conflitos desta natureza, onde a chave para a arte da guerra é a estratégia, controlada por princípios científicos invariáveis. Se o objetivo da estratégia for o de conseguir a vitória, ela só será alcançada se esses princípios consistirem em efetuar uma ação ofensiva, com forças robustas, em massa, contra as forças mais debilitadas do inimigo, num ponto decisivo.

Como pontos comuns entre estes dois autores, à parte dos aparelhos militares, podemos salientar a importância dada à componente política dos conflitos, celebrizada pela frase de Clausewitz onde refere que “*a guerra é a continuação da política por outros meios*”, e ao facto de serem os Estados-Nação quem controla o exercício da intervenção militar.

b. A transformação da guerra

Martin Van Creveld, um dos muitos autores que redigiu artigos e publicações sobre a evolução da guerra, começou por descrever este fenómeno na sua obra “*The Transformation of War*”, publicada em 1991. Apesar de não ter usado o conceito de gerações da guerra, e consequentemente o de G4G para caracterizar alguns conflitos recentes, considerou que as guerras deixaram de obedecer à trindade de Clausewitz.

Tentando prever o que seriam os conflitos no futuro, referiu que passariam a ser conduzidos por grupos terroristas, de cariz tribal, religioso, económico, criminal ou subversivo, desterritorializados (sem estarem restringidos às fronteiras dos Estados, e



inclusivamente sem uma linha física bem definida), onde a chefia desses grupos seria baseada em características pessoais e carismáticas dos seus líderes.

Previu também que as diferenças entre guerra e crime seriam atenuadas, assim como a diferença entre FA e civis; que as batalhas tradicionais seriam substituídas por massacres, ataques bombistas e pequenas escaramuças; e ainda que a subversão deveria ser considerada como um problema grave (Creveld, 1991: 194-211).

c. Velhas guerras e novas guerras

Segundo Mary Kaldor, o fenómeno das guerras de hoje é caracterizado segundo o conceito de “novas guerras”. A autora, referenciando também Clausewitz, começa por caracterizar as velhas guerras, que ocorreram desde o final do Séc. XVIII até à primeira metade do Séc. XX, como guerras entre Estados, exercidas por FA uniformizadas, combatidas em diversas batalhas, que estavam diretamente ligadas ao emergir dos Estados-Nação e à sua construção (eram *state-building*). Os Estados tinham capacidade para controlar a violência organizada, para eliminar milícias e para estabelecer exércitos profissionais submissos ao Estado (Kaldor, 2005: 2).

No que respeita às novas guerras, ainda segundo Kaldor (*apud* Lopes, 2002: 435), foi o fenómeno da globalização que proporcionou o seu surgimento. As alterações provocadas pela globalização enfraqueceram o Estado-Nação moderno, que detinha o monopólio do uso da força, por um lado, devido à transnacionalização dos conflitos – as forças intervenientes atuam habitualmente através da formação de alianças, e agendam programas de cooperação e treino militares – e, por outro, devido ao facto da economia ter impacto a nível global, proporcionando caminhos para a expansão da violência e do crime organizado à escala mundial, contribuindo assim para a desintegração de alguns Estados.

O surgimento de alianças, tais como a NATO ou o Pacto de Varsóvia, levou a que os conflitos interestatais deixassem de existir. Perante tal situação, foi criado um novo ambiente internacional global, onde a ameaça militar interestatal fica de certa forma mitigada, abrindo-se a porta para o crescimento das grandes empresas, de dimensão internacional.

Desaparece assim a classificação da guerra como a “*continuação da política por outros meios*”, próprias dos Estados, uma vez que ela surge agora por causa do “falhanço” da política, desaparecendo consequentemente a trindade referida por Clausewitz entre a população, o Exército e o Estado.



A nova conflitualidade caracteriza-se, assim, por guerras irregulares, assimétricas, sem frentes, bases ou uniformes, sem respeito pela integridade territorial dos Estados, onde os combatentes se misturam no seio da população, que podem inclusivamente usar como escudo e até como moeda de troca. Exploram o seu sucesso através da inovação e do efeito surpresa. Empregam sistematicamente o terror, e não fazem distinção entre o civil e o militar. Mais do que comum na atualidade, esta nova conflitualidade é também estrategicamente mais importante do que no passado, e desenvolve-se, portanto, em ambiente subversivo (Garcia, 2007).

Os novos atores têm agora a capacidade de potenciar as suas ações, através da utilização das ferramentas disponíveis na Internet, quer seja pela utilização de redes sociais como o *facebook* ou o *twitter*, quer pela utilização de *websites*, *blogs* ou ainda mensagens de correio eletrónico, que estão hoje acessíveis a partir de qualquer telemóvel ou computador ligados à internet.

d. A revolução nos assuntos militares (RAM)

Outra abordagem muito utilizada para descrever a guerra na atualidade é a designada revolução nos assuntos militares, também conhecida como revolução dos assuntos militares em curso (RMC), conceito adotado pela doutrina americana na década de 80 do século passado. Baseia-se na premissa de que, no futuro, dominarão as guerras espetáculo, através de forças militares avançadas tecnologicamente, nas áreas dos sistemas de informação e das comunicações (Garcia, 2007).

Alvin e Heidi Toffler terão antecipado, em 1994, a caracterização da guerra da atualidade, através da análise da sua evolução em três vagas, onde a terceira vaga seria precisamente a “guerra da informação”, que resulta da revolução do conhecimento e da informação.

Ainda segundo Proença Garcia, estas guerras assentam em forças militares caracterizadas:

- Pelo domínio da tecnologia da sociedade da informação;
- Pela utilização do espaço;
- Pelo uso de novas táticas e pela nova composição orgânica das unidades;
- Pela necessidade essencial de conter a violência dentro de limites políticos, éticos e estratégicos aceitáveis pela comunidade internacional;
- Na preocupação do pós-conflito, no *state-building*;



- Pela utilização de empresas militares privadas para a condução de operações militares (civil quanto possível, militar quanto necessário);
- Pelo modelo de organização das tecnologias existentes e já disponíveis mesmo no mercado civil, e a partir das quais é possível criar novas e diferentes capacidades num sistema de sistemas, tais como a guerra centrada em rede, operações baseadas em efeitos, etc.

e. Gerações da guerra

Por último, resta-nos apresentar a teorização mais em linha com este trabalho de investigação, que consiste na caracterização da evolução da guerra, através das suas gerações. De acordo com os autores da teoria, a evolução da guerra deve-se, sobretudo, a fatores tecnológicos, não excluindo os fatores económicos, políticos e sociais que condicionam a sociedade (Pinto, 2006: 12).

(1) Guerras de Primeira Geração (G1G)

A primeira geração da guerra, correspondeu ao período que vai desde a Paz de Vestefália até meio do Séc. XIX. A Europa, em termos políticos, sociais e económicos, passou dos feudos para um conjunto de Estados-Nação, governados por monarcas, e em termos militares dos cavaleiros feudais para os exércitos à imagem de Napoleão.

Do ponto de vista técnico, a produção em massa de peças de artilharia e de mosquetes com alguma precisão, permitiu a conceção de táticas lineares, tipicamente ofensivas, mas com reduzida mobilidade estratégica. Esta geração estava também intimamente ligada à invenção e utilização da pólvora, permitindo o emprego de armas de fogo (Barroso, 2007: 17).

Deste modo, este tipo de guerra era caracterizado pela guerra da linha e da coluna, com guerras formais, com o campo de batalha ordenado e uma cultura militar de ordem. Os militares eram perfeitamente distinguidos dos civis através do uso de uniformes, graus hierárquicos e disciplina militar, bem como na forte vontade de combater, ao contrário dos seus antecessores (do Séc. XVII, cujo principal objetivo era o de desertar) (Lind⁶, 2005: 12).

⁶ Ver descrição do autor no “Apêndice 2 – Descrição dos autores”



As G1G terminaram com o culminar das campanhas napoleónicas, iniciando-se a evolução para as G2G, potenciadas através da revolução industrial.

(2) Guerras de Segunda Geração (G2G)

Com o aumento dos efetivos militares, associado a um aumento significativo da população a nível mundial e com a possibilidade de utilização dos caminhos de ferro e do telégrafo nas operações militares, estavam criadas as condições para o surgimento das Guerras de Segunda Geração (G2G). O crescimento das trocas comerciais e do Produto Interno Bruto (PIB) permitiram também o incremento da capacidade de suportar logisticamente exércitos de grandes dimensões (Barroso, 2007: 17).

Por outro lado, e segundo outros autores, as G2G surgiram como uma *“resposta à contradição entre a cultura da ordem e o ambiente militar”*, procurando uma solução no fogo concentrado, na sua maioria através do tiro indireto da artilharia, onde o objetivo principal era o atrito entre os contendores. (Lind, 2005: 12).

As G2G foram assim caracterizadas por exércitos de grandes dimensões, por um lado com capacidade de projeção estratégica considerável, com um aumento do poder de fogo, e por outro, com menor capacidade de manobra à custa da reduzida mobilidade das forças a nível tático. É ainda de salientar referir que a defensiva ganhou mais importância que a ofensiva, como se pode verificar, por exemplo, na Primeira Guerra Mundial (IGM) (Barroso, 2007: 17).

(3) Guerras de Terceira Geração (G3G)

As G3G são normalmente associadas à guerra da manobra desenvolvida, inicialmente, pelo Exército Alemão, e que foi denominada como *“blitzkrieg”*⁷. Baseava-se na velocidade, na surpresa e no deslocamento, tanto mental⁸ como físico, onde mais uma vez a ofensiva ganhava novamente importância face à defensiva (Lind, 2005: 13).

As melhorias e novas capacidades introduzidas nas aeronaves permitiram um apoio de fogos contínuo às operações, e o desenvolvimento de aparelhos de comunicação via

⁷ Ver definição no “Apêndice 1 – Corpo de conceitos”

⁸ Lind refere-se ao “deslocamento mental” para tentar demonstrar que nas G3G a condução das operações é dinâmica, focalizada na obtenção do resultado, algumas vezes indo contra o planeamento efetuado. O mais importante é a conquista do objetivo, e não a forma como é conquistado, obrigando a alterações relativamente ao que foi planeado inicialmente (Lind, 2005: 13-14).



rádio possibilitou um melhor C2 no combate a forças com maior mobilidade, como é o caso dos blindados. Deu-se início à guerra mecanizada. (Barroso, 2007: 18).

A nível tático, as operações nas G3G deixam de exercer o seu esforço na tentativa de “empurrar” o inimigo através de linhas de combate. São conduzidas com o objetivo de penetrar nas áreas da retaguarda do inimigo, causando-lhe o colapso de trás para a frente de combate, forçando-as a capitular. Na defesa em profundidade, o objetivo será o de atrair o inimigo e posteriormente não permitir a sua retirada (Pinto, 2006: 15).

Apesar das G3G terem atingido o seu expoente máximo na IIGM, e de não ser a geração da guerra predominante na atualidade, continuam a executar-se operações militares de acordo com os seus princípios, como aconteceu na fase inicial da Guerra do Golfo em 2003.

(4) Guerras de Quarta Geração (G4G)

Uma vez que este conceito irá ser melhor estudado no capítulo seguinte, iremos neste capítulo limitar-nos a descrever sumariamente as G4G.

Existe um paradoxo relativamente às características desta última geração. Se, por um lado, se apresentam como aquelas que possuem uma mudança mais significativa relativamente à geração anterior, por outro, são também as que contêm uma mistura mais elevada das outras gerações da guerra. Existe mesmo quem defenda que este tipo de geração da guerra não existe, uma vez que coexiste sob a forma das gerações anteriores (Lind, 2005: 13).

O essencial no conflito das G4G, é que o Estado perde o monopólio da guerra, e as forças militares deixam de se defrontar mutuamente, passando os Estados a combater atores não-estatais⁹. Nelas estão presentes fenómenos como o terrorismo, a estratégia assimétrica, a guerra de baixa intensidade, a guerrilha ou a insurreição (Pinto, 2006: 15).

Segundo Hammes¹⁰ (*apud* Barroso, 2007: 18), estas guerras evoluíram como consequência da transformação da sociedade, e como resultado da aplicação prática de pormenores do nosso quotidiano aos problemas táticos.

⁹ Para facilitarmos a explicação das G4G, passaremos a designar ao longo deste trabalho os atores não-estatais das G4G como “**combatentes das G4G**”, que defrontam normalmente os Estados como força oponente.

¹⁰ Ver descrição do autor no “Apêndice 2 – Descrição dos autores”



f. Síntese conclusiva

Seja qual for o conceito adotado para a descrição dos mais recentes fenómenos da guerra, verificamos que aquilo a que assistimos hoje em dia é ao desaparecimento dos conflitos interestatais, e ao aparecimento de atores não-estatais como originadores dos principais conflitos.

Ao longo dos tempos, o fator tecnológico foi determinante para o aparecimento de novas formas de guerra, ou, pelo menos, para que a guerra passasse a ser conduzida de forma diferente, tirando partido das novas ferramentas postas ao dispor dos intervenientes nos conflitos.

O primeiro fator que levou ao aparecimento de teorias acerca do fenómeno da guerra, foi a possibilidade de se poderem formar exércitos, dentro de um Estado que defendessem as suas ideologias. O tratado de Vestefália, associado ao nascimento dos Estados-Nação, e à revolução da agricultura (a “primeira vaga”, como refere Alvin Toffler) foram determinantes para que este facto tivesse ocorrido.

Numa segunda fase, foi a revolução industrial, com a produção em larga escala de armamento, veículos de transporte e de variados artigos, passíveis de serem utilizados nos conflitos, que permitiu a evolução de uma guerra baseada em confrontos diretos entre os contendores, em linhas de combate, com exércitos em massa, para guerras baseadas na utilização criteriosa das armas de fogo.

Posteriormente, com maior mobilidade fornecida pelos novos equipamentos militares, evoluiu-se para a guerra da manobra, mecanizada, que ainda hoje é por vezes utilizada nos principais combates, ainda que, maioritariamente, por forças do ocidente.

Com o crescimento da globalização, e com a impossibilidade de derrotar forças com potencial esmagador, surgiram novas formas de combate, novos atores no SPI (essencialmente atores não-estatais) com capacidade para influenciar a comunidade internacional, e por seu turno limitar, ou pelo menos influenciar, a capacidade de combate dessas forças de poder superior.

O contínuo desenvolvimento de armas, sistemas de informação, sistemas de C2, e de outras importantes descobertas a nível tecnológico, tal como tem influenciado, até aos nossos dias, a forma de conduzir a guerra, assim vai continuar a influenciar os conflitos do futuro.



Para responder à primeira questão derivada, damos assim como provada a primeira hipótese levantada, considerando que *“a condução da guerra está com os fatores táticos, tecnológicos e estratégicos, em vigor no período em que ocorrem.”*



3. As G4G – análise conceptual

Após o lançamento da teoria das gerações da guerra, inicialmente por William Lind e Thomas Hammes, muitos artigos têm vindo a ser publicados relativos a este tema, inclusivamente na atualidade, para tentar caracterizar os conflitos que têm ocorrido ultimamente a nível mundial.

Neste capítulo, iremos analisar o conceito de G4G segundo o ponto de vista de vários autores, como base para a elaboração de um modelo de análise que servirá de referência para a observação dos casos de estudo do capítulo seguinte. Com esse modelo, pretendemos verificar quais os conflitos recentes onde o conceito de G4G está devidamente identificado e aplicado.

a. A teoria das gerações da guerra e as G4G

Em 1989, Lind, Nightengale, Schimtt, Sutton e Wilson lançaram o conceito das gerações da guerra num reconhecido artigo sobre esta temática (Lind *et al*, 2008) onde referiram que a quarta geração da guerra surge segundo duas perspetivas de evolução, relacionadas com a tecnologia e com a inserção de novas ideias revolucionárias.

Prospetando como poderia ser caracterizado um conflito desta natureza, referem no seu artigo que a tecnologia permitiria a potencialização das ações de um número reduzido de indivíduos ao mesmo nível de grandes unidades militares, como por exemplo uma brigada. Nestes termos, os conceitos lineares de frente e retaguarda seriam alterados significativamente, convertendo-se e passando a designar-se como alvos e não-alvos. O nível tático e estratégico tenderiam a misturar-se, devido à consideração como alvos as estruturas civil e política. Desta forma, as operações psicológicas passariam a ser a arma mais importante nos níveis operacional e estratégico, através da utilização dos média, tomando como audiência-alvo a população que apoia o adversário (Lind, et al., 2008: 16-17).

Já no domínio revolucionário das ideias, referem que as G4G poderiam surgir com o objetivo de atingir uma sociedade na sua totalidade, procurando o seu colapso, onde o terrorismo é identificado como um bom exemplo para atingir esse objetivo.

Procurar-se-ia evitar o confronto direto com as forças militares ou de segurança interna, usando do mesmo modo a força, mas de uma forma mais reduzida, no momento e



local mais oportunos. Procurar-se-ia também usar a força do oponente contra ele próprio, utilizando como arma as liberdades de movimento e de expressão.

Como conclusão, referem que as G4G teriam uma base não nacional ou transnacional, onde existiria um ataque à cultura e sociedade do adversário, associada à guerra psicológica e à manipulação dos média (Lind, et al. 2008: 19-20).

Uma vez que este artigo foi publicado em 1989 e, face à caracterização dos conflitos que ocorreram até aos nossos dias, podemos afirmar que estes autores fizeram uma boa previsão, ainda que não completamente correta, do que iria acontecer no futuro, tendo permitido o desenvolvimento do conceito das gerações da guerra.

O segundo autor que contribuiu para o fortalecimento desta teoria foi Thomas Hammes, onde a sua obra, *“The Sling and the Stone”*, é uma publicação de referência no domínio das G4G. Hammes defende que esta geração da guerra não é mais do que uma evolução da guerra, na tentativa de acompanhar a evolução paralela do mundo em geral, nos níveis económico, social, político e tecnológico. Com a globalização, o mundo tende a ficar mais fragmentado, com o aumento do número de atores não-estatais na cena internacional, com o incremento do poder das empresas multinacionais, tendo a guerra também de sofrer mutações para conseguir tirar melhor partido deste novo ambiente.

Ainda neste livro, Hammes baseia-se na teoria das vagas de Toffler¹¹, para referir que as G4G estão diretamente relacionadas com a terceira vaga – a vaga da informação, onde o Estado deixa de possuir o monopólio da informação, e de poder contar com a lealdade da população que vive no seu território.

Por outras palavras, a nova forma como a sociedade está organizada, mais “tribal” do que territorial, leva a que os combatentes das G4G se organizem segundo os seus ideais para atacar os seus inimigos, tornando o seu combate mais eficaz do que aquele exercido pelas forças das G3G.

Considera, portanto, que as G4G surgiram no período que compreende o final da IIGM e o aparecimento da era da informação (associado à expansão da internet a nível global), e que as tecnologias da informação foram o fator catalisador para as G4G, uma vez que facilitam o fluxo de informação para além das fronteiras entre Estados, permitindo a construção e exploração de redes de informação.

¹¹ Enunciada na obra *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*, de Alvin Toffler.



Numa das suas citações mais célebres, Hammes refere que as *“as G4G utilizam todas as redes disponíveis – políticas, económicas, sociais e militares - para convencer os decisores políticos inimigos de que os seus objetivos estratégicos são tanto inalcançáveis como demasiado dispendiosos perante os benefícios a atingir”*¹² (Hammes, 2008: 42).

Refere ainda o autor que as G4G estão baseadas no pressuposto de que, uma vontade política superior devidamente empregue, tem a capacidade de derrotar poderes militares e económicos superiores, e que não pretendem derrotar a capacidade militar do adversário. Pretendem sim, combinar ações de guerrilha com ligações sociais, culturais ou económicas, com campanhas de desinformação ou com atividades políticas inovadoras para assim conseguirem atacar a vontade política inimiga. (Hammes, 2008: 42).

Para Hammes, as G4G influenciam um espectro alargado da atividade humana. Ao nível político, utilizam organizações e redes de origem diversificada, sejam nacionais, transnacionais ou regionais, para fazer chegar a mensagem às audiências-alvo.

Para uma melhor caracterização das G4G, colocamos em apêndice a este TII, a caracterização particular das G4G segundo Thomas Hammes (Apêndice 2 – Caracterização particular das G4G).

b. Críticas e comentários à teoria das G4G

Eduard Luthwak¹³ considera que não nos podemos basear no conceito das G4G para nos focarmos no terrorismo como o potencial inimigo, redimensionando e reestruturando as forças militares da atualidade. Este autor considera que os terroristas nunca conseguem atingir a vitória, e raramente o pretendem, chegando a considerá-los como algo que é pouco mais que irritante, se os compararmos com os níveis de destruição que eram atingidos nas guerras convencionais.

Por outro lado, considera o autor que se as potências da atualidade deixassem de investir nas suas FA e no seu potencial bélico, uma vez que o inimigo das G4G não tem um poder tão elevado como um inimigo convencional, levaria a que outras potências emergentes, que continuam a investir em larga escala na defesa, se sentissem tentadas a conseguir ultrapassar o poder das potências atuais e a tornarem-se uma potência com poder militar superior. (Luthwak, 2008: 52).

¹² Tradução do autor: *“Fourth generation war uses all available networks – political, economic, social and military – to convince the enemy’s political decision makers that their strategy goals are either unachievable or too costly for the perceived benefit”*.

¹³ Ver descrição do autor no “Apêndice 2 – Descrição dos autores”



Curiosamente, em consonância com a opinião de Luthwak, a China tem mostrado ultimamente, ao mundo, os seus mais recentes equipamentos militares, tais como porta-aviões, aeronaves e submarinos, numa tentativa de demonstrar o esforço que tem vindo a desenvolver nas suas capacidades militares, que outrora eram mantidas em segredo.

Luthwak considera ainda, que a atual superpotência militar (EUA) é eficiente apenas no combate convencional, não tendo ainda conseguido sucessos significativos em operações que impliquem a penetração na sociedade onde conduzem operações. Uma vez que não conseguem infiltrar-se nos locais onde pretendem o sucesso militar, leva-os a continuarem a ter excelentes resultados em operações especiais, não obstante não conseguirem ir além da sua clandestinidade, e extrair informação da população local.

A conclusão de Luthwak é que, apesar das G4G ou, pelo menos, aquelas com características semelhantes às G4G, serem as que ocorrem com mais frequência na atualidade, a superpotência atual deve continuar com a sua estratégia e manter-se como única potência militar global, dissuadindo qualquer competição de outras grandes potências, e deixar a responsabilidade do combate ao terrorismo para as forças policiais (Luthwak, 2008: 53).

James J. Wirtz¹⁴, por seu turno, critica a teoria de Hammes, argumentando que, na maior parte das vezes, os militares consideram, erradamente, como mais importante, a vertente militar dos conflitos em detrimento da vertente política.

Esta afirmação é facilmente comprovada, uma vez que os EUA detêm uma capacidade militar inigualável e continuam a ser incapazes de vencer os conflitos onde intervêm, tal como acontece no Afeganistão ou aconteceu no Iraque. Em ambos os casos, as forças insurgentes não foram derrotadas ou completamente eliminadas.

Em concordância com os teorizadores das G4G, Wirtz refere ainda que o aparecimento de novos atores políticos, potencialmente relevantes, está a aumentar, com origens muitas vezes inesperadas (Wirtz, 2008: 48).

Existe ainda outro problema, com a dimensão da globalização, uma vez que as ações dos intervenientes nos conflitos, desde os comandantes militares aos soldados de patente mais baixa, podem ter um grande impacto a nível internacional, tal como aconteceu com os guardas da prisão de Abu Ghraib, no Iraque, no conflito de 2003.

¹⁴ Ver descrição do autor no “Apêndice 2 – Descrição dos autores”



Por outro lado, Wirtz discorda da opinião de Hammes, quando este refere que os combatentes das G4G conseguem sempre superioridade sobre os seus oponentes convencionais. Efetivamente, os resultados políticos que se pretenderam atingir através de ataques terroristas, em diversos conflitos, não foram sempre alcançados. (Wirtz, 2008: 49).

O autor John Ferris¹⁵, por um lado, defende que as gerações da guerra não podem ser enquadradas de acordo com épocas, uma vez que as gerações da guerra identificadas podem acontecer no mesmo período temporal.

Por outro lado, Ferris concorda com Hammes quando este refere que as ideias contemporâneas acerca da transformação das forças militares atuais, com mais capacidades tecnológicas, falham tanto na prática como quanto aos seus princípios basilares. Um inimigo fraco mas inteligente pode esquivar-se à força empregue contra si, e obrigar o seu oponente a debater-se de outra forma. Um inimigo resistente e hábil, pode alterar as características do jogo da guerra de um contendor mais poderoso, elevando as suas capacidades, se conseguir atacar qualquer pré-condição do sistema adversário, impondo as suas regras (Ferris, 2008: 75).

Concorda também este autor com o facto dos movimentos subversivos das G4G combinarem as táticas de guerrilha com uma sofisticada estratégia política. Os insurgentes ganham, forçando os seus inimigos a combater de acordo com as suas regras, com guerras prolongadas de atrição, que são normalmente ganhas através da conquista das motivações da população ou pela política, em vez de através do poder de fogo ou da alta tecnologia. (Ferris, 2008: 76).

Surge-nos o autor Lawrence Freedman¹⁵, que considera que a tentativa de classificar a evolução das guerras em gerações é preferível relativamente a outras, tais como a RAM, mas pode ser noutros casos problemática, chegando a considerá-la difusa, bem como a afirmar que a análise histórica sobre a qual as gerações da guerra são suportadas, é fraca.

Este autor refere que, apesar do artigo inicial de Lind e dos seus colegas, estar desfasado no tempo relativamente a alguns pontos, conseguiu, por outro lado, descrever alguns aspetos contemporâneos, nomeadamente quando alerta para o facto dos perigos

¹⁵ Ver descrição do autor no “Apêndice 2 – Descrição dos autores”



potenciais de misturar o terrorismo, alta tecnologia e apoios baseados transnacional ou não-nacionalmente, tais como os aspetos ideológicos ou religiosos (Freedman, 2008: 81).

Tal como outros autores, Freedman também considera que as G4G não representam uma evolução face às anteriores gerações, que tendiam a ser conduzidas através de combates regulares. Pretendem evitar combates diretos, de forma a sobreviver a longo prazo, usando todos os meios disponíveis para desmoralizar o adversário, enquanto angariam apoio político, até atingirem o ponto em que o balanço do poder é desequilibrado. É esta a tática que foi usada muitas vezes na história pelas guerrilhas, resistentes, *partisans*, subversivos, insurretos, revolucionários, etc. Não são por isso uma evolução da guerra, mas sim um desenvolvimento paralelo das anteriores gerações (Freedman, 2008: 83).

Outros dos aspetos com que Freedman discorda, são as afirmações de Hammes de que “*apenas as guerras não-convencionais são eficazes contra potências estabelecidas*”¹⁶ e que as G4G são mais eficazes que as guerras convencionais, uma vez que é fácil encontrar na história exemplos que refutam estas afirmações, tais como a guerra das Falkland ou a última guerra Irão-Iraque (Freedman, 2008: 85).

Por outro lado, na tentativa de dar resposta a este tipo de conflitos, o autor considera que a proposta de combate às G4G efetuada através de uma abordagem com a conquista dos “*hearts and minds*”, isto é, conseguindo influenciar a vontade e a motivação da população contra os insurgentes, faz com que sejam avaliadas as implicações políticas em todas as ações militares contrasubversivas, sejam elas grandes ou pequenas. Inclusivamente, leva também a que seja considerado, que nem sempre ações militares convencionais são a melhor solução para influenciar a população, abrindo desta forma caminho para as ações CIMIC (Civil-Military Cooperation), de HUMINT (Human Intelligence), de INFO OPS (Operações de Informação) e de ajuda humanitária. (Freedman, 2008: 82).

Um dos maiores críticos e opositores à teorização de Lind e de Hammes da divisão das guerras em quatro, ou eventualmente em cinco gerações, é Antullio Echevarria II¹⁷, discordando por completo com esta classificação.

¹⁶ Tradução do autor da citação de Hammes: “*only unconventional wars works against established powers*” (Hammes, *apud* Freedman, 2008: 85)

¹⁷ Ver descrição do autor no “Apêndice 2 – Descrição dos autores”



Defende este autor que, caso se pretenda dividir as guerras em gerações, isto implicaria que uma geração deva evoluir diretamente através da sua antecessora e, de acordo com o conceito de “geração”, eventualmente substituí-la, o que não acontece nesta teorização. Por exemplo, a subversão é um fenómeno que data da antiguidade clássica, já descrito por Clausewitz como uma realidade do Séc. XIX.

Em segundo lugar, refere Echevarria II que sendo válidas as grandes alterações ocorridas entre as G1G e G3G, o próximo passo lógico não deveria ser uma “supersubversão” que os teorizadores das G4G tentam defender. Pelo contrário, uma aproximação mais acertada seria a de considerar as G4G como guerras centradas em rede (GCR), com forças militares com tecnologia de ponta, de pequenas dimensões, ligadas entre si através de sistemas de informação que as possibilitariam atuar rápida e decisivamente.

Uma outra questão é o fato de se considerar que apenas nas G4G se consideram outros aspetos para além do militar, como foi considerado através das técnicas referidas para as três primeiras gerações da guerra, isto é, o poder da massa, do fogo e da manobra.

Desde as guerras napoleónicas, passando pelas duas grandes guerras, as capacidades políticas, sociais e económicas foram sempre tidas em consideração e levadas nalguns casos até à sua máxima extensão possível.

Finalmente, Echevarria II é um de muitos autores que afirma não ser apropriado considerar a subversão como uma forma de guerra efetiva, embora muito já se tenha feito para estudar os efeitos que a globalização tem, atualmente, provocado neste tipo de movimentos.

c. Síntese conclusiva

A maior crítica à teoria das gerações da guerra está relacionada com a questão da quarta geração ser ou não uma evolução das suas antecessoras. Os autores que enfatizam este ponto, referem que a subversão não é um facto recente, por já existir há muito tempo. Referindo também que a natural evolução das gerações da guerra seria a adoção de técnicas mais sofisticadas para a condução da guerra, tal como aconteceu quando se evoluiu desde a primeira à terceira gerações.

No entanto, segundo a nossa análise, confirmada também com a entrevista realizada ao TCor Proença Garcia, apesar do fenómeno subversivo ter sempre existido (sendo até mesmo referido logo por Clausewitz em “Da Guerra”), o que muda na atualidade é o



ambiente onde essas guerras são conduzidas – a globalização e a era da informação, com todas as potencialidades que lhe estão associadas.

Apesar de todas as opiniões contrárias à designação das guerras de quarta geração, podemos, contudo, confirmar que a condução da guerra mudou de facto desde o final da IIGM, e teve, necessariamente, de acompanhar as mudanças na sociedade.

Os conflitos interestatais tenderam a desaparecer, chegando a considerar-se hoje praticamente inexistentes ou pelo menos com fraca probabilidade de viram a ocorrer, ao mesmo tempo que aumentou o número de atores não-estatais, que desafiam os Estados, na tentativa de promoção das suas causas.

Estes atores, indubitavelmente com menor capacidade a nível militar, combatem as potências estatais através de técnicas subversivas, explorando as suas vulnerabilidades, tentando usar os meios que têm ao seu alcance para as convencer de que os objetivos que pretendem alcançar não vão compensar o esforço desenvolvido na guerra.

Ainda que este conceito não seja consensual, por não estar em sintonia com todos os conflitos da atualidade, acaba por conseguir diferenciá-los, de uma forma geral, ao longo dos tempos.

Consideramos assim como provada a segunda hipótese (H2) enunciada no primeiro capítulo deste trabalho, na tentativa de resposta à QD2, onde se refere que “*a divisão da evolução da guerra em gerações, adapta-se à evolução do fenómeno da guerra, constituindo as G4G um modelo válido para caracterizar os conflitos contemporâneos*”.



4. Os conflitos atuais como casos de estudo

a. Construção do modelo de análise

Na tentativa de efetuar uma análise das guerras da atualidade segundo o conceito das G4G, vamos de seguida construir um modelo de análise com as características mais consensuais desta geração da guerra, de modo a atingirmos este objetivo de investigação.

Tendo em consideração a teoria desenvolvida e as diferentes críticas que lhe foram dirigidas, podemos caracterizar as G4G como:

- Conflitos entre Estados e atores não-estatais;
- Normalmente desenvolvido sem estar limitado às fronteiras dos Estados;
- Conduzidas em ambiente subversivo, assimétrico, tipicamente entre uma força com forte capacidade militar convencional e outra força de efetivo significativamente menor, muitas das vezes constituída por civis.

Relativamente aos grupos de indivíduos que defrontam o ator com maior capacidade militar, que designámos ao longo do trabalho por “combatentes das G4G”, estes apresentam as seguintes formas de atuação:

- Organização em pequenos grupos de combatentes, sem complexidade logística no que diz respeito aos movimentos e abastecimentos;
- Combinam táticas de guerrilha com sofisticadas estratégias políticas;
- Angariam apoios externos, de Estados ou organizações com interesses comuns, para suportar as suas causas e atingir os seus objetivos;
- Não tem o objetivo de alcançar a vitória militar, tentando em vez disso fazer desistir o adversário de prosseguir com as suas operações;
- Tiram partido das novas tecnologias ao seu dispor para alcançar os seus objetivos, tais como os média, internet e sistemas de comunicação, assim como para a construção das suas redes de apoio;
- Moldam a vontade política da sociedade de acordo com as suas ideias, através das formas de influência diversificadas como a social, económica, religiosa, cultural, etc., tentando derrotar as capacidades militares do adversário, forçando-o a desistir ou a adotar novas estratégias;



- Utilizam indiscriminadamente os civis como alvos preferenciais das suas ações e forma essencial da sua luta;

Com o modelo de análise construído, podemos agora analisar alguns conflitos contemporâneos, para conseguirmos comprovar se as G4G estão caracterizadas de acordo com as guerras que ocorrem nos nossos dias. Para tal, vamos começar por analisar as guerras mais recentes e com maior impacto na sociedade, não deixando de referir ainda outras, como a do Vietname ou do conflito Soviético no Afeganistão, onde as G4G estiveram também presentes.

b. A guerra do Vietname (1956-1975)

Apesar de terem havido combates típicos de outras gerações da guerra no conflito do Vietname, houve também aspetos das G4G que começaram a evidenciar-se. Em 1967, quando as forças dos EUA já se encontravam presentes no conflito, formando as Forças da Aliança juntamente com as tropas do Vietname do Sul com um efetivo que chegou a rondar cerca de um milhão e 200 mil efetivos, defrontavam um inimigo (forças do Vietname do Norte ou Vietcongs, como eram também designados) de apenas 330 mil efetivos. Ainda assim, os combates pareciam empatados, sem que qualquer das partes conseguisse resolver o conflito através de uma vitória militar significativa.

A superioridade das forças da Aliança no campo de batalha era diminuída através do apoio da população (na sua maioria camponeses) aos Vietcongs, assim como pela existência de santuários no Camboja e em Laos também em apoio a essas forças.

A tática usada pelas forças Vietcong era baseada em ações de guerrilha e, por isso, a maior parte dos combates ocorridos não foram executados de acordo com a guerra convencional. Os Vietcong usaram frequentemente ações com forças de efetivo reduzido, com tropas sem uniformes, através de emboscadas, onde poderiam facilmente misturar-se com a população no caso de serem atacados (CIA, 2007).

Outro pormenor usado pelas forças no norte do Vietname foi o de exercerem pressão política sobre o Congresso dos EUA, de quem dependia o apoio financeiro aos combates, referindo que a guerra era invencível, e que não fazia sentido continuar a combatê-la (Hammes, 2008: 38).

c. A guerra com a União Soviética no Afeganistão (1979-1989)

Antes da entrada da URSS no território do Afeganistão, uma guerra civil interna estava prestes a ser desencadeada, quando o Presidente daquele país, Hazifullah Amin,



tentou por de parte a tradição muçulmana e conduzir o país para uma cultura mais aproximada do Ocidente.

Esta situação provocou o enraivecimento da maioria da população Afegã que possuía fortes tradições muçulmanas, dando origem ao crescimento da guerrilha *mujahideen*, uma força radical islâmica que defendia conduzir uma missão sagrada por *Allah*. Os *mujahideen*, com ideologias contrárias ao governo comunista de Amin, que rejeitava a religião como forma de governar, declararam uma guerra santa (*jihad*) contra Amin e os seus respetivos apoiantes, como veio a acontecer em 1979 com as tropas soviéticas, quando estas se juntaram aos combates (Reuveny *et al*, 1999: 696)

Mais uma vez se sentiram nesta guerra características evidentes das G4G, com os *mujahideen* a provarem ser um oponente com forte capacidade de resistência. Estavam inicialmente armados apenas com espingardas antigas, mas tinham a vantagem de conhecer as montanhas e as condições meteorológicas que ocorriam na região. As armas usadas pelos Soviéticos, desde napalm, gases tóxicos ou ataques de helicópteros contra os combatentes das G4G revelavam-se infrutíferos contra este tipo de forças, de efetivos reduzidos, que se conseguiam refugiar em terreno bastante acidentado. (Feifer, 2009: 131)

Nesta guerra ficou provado, mais uma vez, que fortes armamentos e equipamentos militares podem não ser suficientes para derrotar este tipo de força. Os carros de combate soviéticos tinham pouca utilidade face ao terreno montanhoso característico da região. Por outro lado, os soldados conscritos da URSS eram nitidamente mais fracos quando confrontados com homens fortemente motivados pela sua crença religiosa, isto é, pela defesa de uma causa. (Reuveny *et al*, 1999: 701)

A necessidade de apoio externo pelos *mujahideen* proporcionou que conseguissem ser sustentados pelo EUA, que aproveitaram a oportunidade, entre outras, para ter conhecimento das táticas, procedimentos e material bélico usados pela URSS em combate.

d. As guerras Irão-Iraque (1980-1988), Primeira Guerra do Golfo (1991), da Bósnia-Herzegovina (1992-1995) do Kosovo (1996-1999).

Optámos por agrupar estes conflitos contemporâneos por considerarmos que apesar do espectro das G4G ser atualmente dominante, não é exclusivo dos tempos modernos. Apesar destes conflitos terem sido importantes na cena internacional, foram aqueles que



menos incorporaram as características das G4G na atualidade, como iremos comprovar de seguida.

A guerra Irão-Iraque representou aquela que se pode considerar hoje como a última guerra interestatal. Mais uma vez, os interesses dos EUA estiveram presentes no conflito, através do paradigmático apoio ao Iraque e a Saddam Hussein. O romper de relações do regime teocrático iraniano com os EUA, dificultando o acesso às suas reservas energéticas, levou a que o apoio ao Iraque fosse uma realidade, na tentativa de derrubar o regime opositor. Tratou-se por isso de um conflito típico de anteriores gerações da guerra (G2G e G3G), onde dois Estados combateram com as respetivas FA entre si, pela disputa dos seus territórios (Sousa, 2002?).

A Primeira Guerra do Golfo, ocorrida em 1991, resultou da continuação das intenções de Saddam Hussein na conquista de territórios. Saddam ficou altamente endividado na guerra com o Irão, principalmente com o Kuwait. Outro problema que entretanto surgiu devido aos problemas financeiros no país, foi a disputa de um campo de petróleo no Norte do Kuwait (o campo de Rumalia), com 50% das cotas para cada país, o que motivou Saddam a invadir esse país vizinho, surpreendendo a comunidade internacional.

Uma vez mais, a disputa pelos recursos energéticos e a capacidade de utilização de armas químicas (utilizadas por Saddam na guerra com o Irão), levou à intervenção de forças internacionais através de uma coligação, e que durou apenas cerca de 40 dias. Esta guerra apresentou características típicas de outras gerações da guerra. As das G2G em que o poder de fogo foi determinante, tendo o poder aéreo substituído a artilharia, típica das G2G de antigamente. As de G3G através da rápida intervenção terrestre no território iraquiano. A guerra do Golfo de 1991 acabou com o restabelecimento das fronteiras, preservando o *status quo* do Iraque e do Kuwait (Blackwell, 1991).

Quanto ao conflito da Bósnia, a guerra foi motivada por aspetos de cariz religioso e étnico dentro do país, entre os Exércitos das diferentes etnias existentes. A intervenção da comunidade internacional neste conflito esteve mais ligada aos genocídios que ocorreram entre as fações, e não relativamente a interesses de carácter económico ou energético, como havia sido habitual até então. Esta foi também considerada como a primeira intervenção de manutenção da paz por parte da comunidade internacional, não tendo participado



diretamente nos combates entre as facções, mas sim para evitar o confronto entre as partes (Andreatta, 1997). Não estiveram assim presentes neste conflito as características das G4G.

Finalmente, a guerra do Kosovo, que teve mais uma vez motivos étnicos e atrocidades cometidas contra a população como principal elemento iniciador do conflito, desta vez no território da Sérvia. Foi em tudo idêntica ao conflito referido anteriormente no que diz respeito ao tipo de intervenção da comunidade internacional, aparte dos bombardamentos efetuados pela coligação antes da entrada das forças terrestres no território, não apresentando também características significativas das G4G.

e. A intervenção no Afeganistão pós 11 de setembro (2001-?)

O ataque às torres gémeas do *World Trading Centre* (WTC) em Nova Iorque e ao Pentágono em *Washington*, no dia 11 de setembro de 2001, através do sequestro de três aviões civis, representou um ataque com características típicas das G4G, e que chocou a população mundial. Um ator não-estatal (Al Qaeda), com ideologias de cariz religiosa (Islâmica), construiu uma rede de apoio desterritorializada, transnacional, com elementos espalhados por diversos países, que utilizou para atacar a única superpotência mundial, causando um elevado número de mortes, na sua maioria civis.

Este ataque de proporções únicas na história, teve uma segunda investida com os ataques no dia 11 de março de 2004, em Espanha, através da explosão de dez engenhos explosivos nos comboios da capital espanhola, ainda que com um número de mortos significativamente menor (cerca de 140 comparados com os cerca de 2700 de Nova Iorque).

Em ambos os casos, a reivindicação do ataque foi efetuada através da internet, com impacto mais uma vez a nível mundial, onde os dirigentes da Al Qaeda invocaram as necessidade de lutar contra os “infiéis” (referindo-se aos EUA) que queriam espalhar a sua influência e cultura na comunidade islâmica. De salientar, nestes casos, a eficiente exploração dos meios ao dispor – a Internet – para conseguir fazer chegar à população em geral, a sua mensagem, característica das G4G.

O ataque de 11 de setembro levantou uma situação inexistente até então, onde um país da NATO foi fisicamente atacado por uma entidade não-estatal. Salvaguardados pela legitimidade do uso da força na defesa do seu território, os EUA entraram em operações no Afeganistão, com o objetivo de destruir a rede terrorista de Osama Bin Laden, uma vez que



aquele país servia de santuário para a organização, e que estava também a ser governado por um regime *taliban* (Schmitt, 2009: 35).

Os combates no território, conduzidos pela ISAF, em cooperação com os governos que têm vindo dirigir o país, continuam a sofrer ações típicas das G4G, com ataques terroristas, emboscadas, lançamento de rockets, colocação de engenhos explosivos improvisados (IED – *Improvised Explosive Devices*), etc. As forças *taliban* possuem santuários no Paquistão, muitos junto à fronteira com o Afeganistão, que lhes facilita a entrada no território e o apoio aos seus membros, que normalmente se misturam no meio do resto da população local.

Embora a estrutura internacional de forças militares presentes no país, seja consideravelmente mais forte que as forças *taliban*, evidenciando a característica assimétrica de um conflito que este ano perfaz dez anos, não tem sido suficiente para diminuir as ações das forças terroristas.

Todos os anos, o número de ataques ocorridos contra a população e as forças da ISAF tem aumentado significativamente, revelando uma clara incapacidade para resolver o conflito, como poderia ser esperado face ao díspar poder militar da coligação. Mais uma vez se verifica que nem os melhores sistemas de armas e de C2 são suficientes para derrotar forças assimétricas, em ambiente subversivo.

f. A guerra do Iraque (2003)

Apesar das forças da coligação (EUA e Grã-Bretanha (GBR)) terem conduzido a sua ofensiva terrestre no Iraque, apoiada pelas componentes aérea e marítima, em menos de um mês (de 19 de março desde o início dos bombardeamentos, a 14 de abril com a conquista da cidade de Tikrit, último reduto de Saddam Hussein), a guerra no Iraque não acabou logo de seguida.

À semelhança do que aconteceu no Afeganistão, a maior forma de violência presente no território foram ataques terroristas conduzidos por muçulmanos com objetivos extremistas islâmicos. A Al-Qaeda, mais uma vez, estabeleceu uma rede de apoiantes, com indivíduos a efetuar contribuições financeiras para a defesa da sua causa e seguidores recrutados para efetuar ataques com IED.

Com o passar do tempo, esta rede demonstrou adaptabilidade e uma rápida mudança nas táticas e procedimentos adotados assim que as circunstâncias se alteravam. Em 2008, volvidos cerca de cinco anos de conflito, a Al-Qaeda continuava capaz de



conduzir ataques significativos contra as forças da coligação, demonstrando a sua forte capacidade de resistência.

g. A guerra de Israel com o Hezbollah (2006)

Este conflito prova, mais uma vez, como uma força com forte capacidade militar – as Forças de Defesa de Israel (FDI), enfrentaram dificuldades num conflito assimétrico, neste caso com o *Hezbollah*, em 2006, típico das G4G.

Apoiados externamente em armamento por diversos países, como a China, Coreia do Norte e Irão, o Hezbollah dotou-se de armamento de alta tecnologia para combater as forças israelitas. Compreendeu, por outro lado, o valor da sua abordagem assimétrica ao conflito, ao combater umas FA com o valor incomparável do poder militar convencional das FDI (Barroso, 2007: 16-17).

Estrategicamente, o *Hezbollah* conseguiu fazer com que fossem transmitidas, algumas vezes em direto, imagens com os danos colaterais dos bombardeamentos israelitas. Esta situação levou a que a utilização de meios letais pelos israelitas fosse reprovada internacionalmente, impondo sanções a Israel.

Para passar a mensagem que as FDI não eram forças invencíveis, as milícias do Hezbollah utilizaram armas anticarro contra os blindados Merkava israelitas, que até aí eram considerados impossíveis de destruir por forças com fraco poder militar. Associados a esta capacidade, utilizaram os média e a sua propaganda para transmitir a informação internacionalmente, causando um estrondoso efeito estratégico. Por outro lado, conseguiu motivar as suas milícias, que lutavam agora contra um adversário com algumas vulnerabilidades, aumentando o seu moral e angariando mais adeptos para a sua causa (Barroso, 2007: 19).

h. As recentes revoluções na África e na Ásia

As inúmeras revoluções que têm surgido nos últimos meses na África e na Ásia, em regimes totalitários com algumas décadas no poder, desencadeados inicialmente através de redes sociais como o Facebook e o Twitter, são mais uma vez característicos das G4G, como evidenciado no nosso modelo de análise.

Verifica-se, nestas situações, o impacto que as redes sociais continuam a ter na comunidade internacional. Regimes opressivos, que conseguiam facilmente controlar a vontade da população, são agora ameaçadas pela capacidade de transmissão de mensagens pelas redes sociais a inúmeros utilizadores.



Esta característica permite o surgimento de manifestações entre a população, levando à instabilidade social, chegando a ser suficiente para derrubar os regimes instituídos, como já aconteceu no Egito e poderá vir a acontecer em muitos outros países onde estas situações se repetem.

Ainda de salientar que os atuais confrontos na Líbia, que envolvem já a NATO, mandatadas por uma resolução das NU para a proteção da população civil, foi também desencadeada inicialmente pelas redes sociais, tendo evoluído para a situação atual.

i. Síntese conclusiva

Desde o final da IIGM, com o surgimento de grandes Alianças internacionais na vertente militar e política, como a NATO ou o Pacto de Varsóvia, que a probabilidade de ocorrência de conflitos entre Estados baixou consideravelmente. A comunidade internacional, não deixou espaço para que a possível ocorrência de grandes conflitos, com taxas de mortalidade tão elevadas como as das IGM ou IIGM, voltassem a existir.

No entanto, um mundo inicialmente bipolar no período da Guerra Fria, que se tornou unipolar com a queda do regime Soviético em 1989, não fez com que deixassem de existir conflitos com impacto significativo na cena internacional. Muitas das vezes, apesar das grandes potências não estarem diretamente envolvidas, continuaram a exercer a sua influência, apoiando outros países na condução de conflitos onde os seus interesses estiveram envolvidos.

Considerando os mais recentes conflitos com grande impacto a nível internacional, verifica-se a presença significativa das características das G4G na sua grande maioria.

Algumas guerras que ocorreram no interior de Estados, como a da Bósnia e do Kosovo, outras que tiveram lugar entre Estados, como aconteceu com a do Irão-Iraque na década de 80, ou ainda relativamente ao conflito do Golfo de 1991, representam algumas das exceções que fogem à regra da primazia dos conflitos das G4G na atualidade.

Com a fraca possibilidade de ocorrerem confrontos diretos entre grandes potências militares, associada ao facto do crescimento da globalização, da importância dos média e da facilidade de comunicação a nível global, surgiram novos atores no SPI, não-estatais, de natureza diversificada. Atores esses que, aproveitando os novos meios ao seu dispor, ganharam a capacidade para afrontar nações poderosas, explorando as suas vulnerabilidades, e ganhando apoiantes para defender as suas ideologias.



Na impossibilidade de derrotar, por confronto direto, inimigos com grande poder militar, recorreram-se assim a guerras com estratégias assimétricas, de caráter subversivo, contra a submissão aos interesses das grandes potências, como aconteceu nos exemplos referidos do Vietname, Afeganistão, Iraque e Israel, características próprias das G4G.

Com estes exemplos, damos como parcialmente provada a hipótese levantada (H3) como possível resposta à QD3, considerando que “*as guerras mais recentes são assimétricas, conduzidas entre atores não-estatais contra estados soberanos, de acordo com o conceito de G4G*”. A validação parcial refere-se ao facto de que nem todas as guerras mais recentes apresentam características das G4G, como foi comprovado através da análise de alguns conflitos, ao longo deste capítulo.



5. Perspetivas de evolução da guerra

a. A “digitalização” da Guerra.

A abordagem natural e intuitiva que podemos ser levados a considerar quando nos referimos às guerras do futuro, quando ouvimos falar da invenção de novos sistemas de armas, novas descobertas científicas, tecnológicas, entre outras, é que a guerra evoluirá para um ambiente cada vez mais tecnológico, inovador e digitalizado, com capacidades melhoradas através da disponibilização de novas capacidades.

As vantagens tecnológicas, proporcionadas através de forças capazes de conduzir operações centradas em rede (OCR), de operações baseadas em efeitos (OBE), de sistemas de armas cada vez mais precisos e eficazes (sincronizados através do *targetting*¹⁸), continue a ser necessárias para a manutenção do *status quo* dos países enquanto potências militares. Muitas dúvidas surgem acerca da sua aplicação prática para todo o tipo de operações que em que têm de participar.

É por outro lado, indiscutível que são conseguidas vantagens com a substituição de forças no terreno por redes de minas inteligentes, sensores, *drones*, *Unmanned Air Vehicles* (UAV), entre outros, explorando as suas potencialidades. Estes equipamentos, por exemplo, não colocam em perigo vidas humanas na frente de batalha, substituindo-as nas suas antigas funções. As ECR produzem um impacto significativo no C2 das operações militares, possibilitando o acesso a uma imagem operacional comum (COP – *Common Operational Picture*) das forças no terreno, sejam amigas ou inimigas em tempo real. Permite inclusivamente a um grupo de indivíduos, tanto civis como militares, ter capacidade para conduzir operações a longa distância, não sendo sequer necessário que se encontrem presentes no Teatro de Operações (TO) (Bailey, 2004: 5). A dúvida reside na sua eficácia e não na sua comprovada eficiência, isto é, se não serão desenvolvidos esforços financeiros, materiais e pessoais, que vão para além do que é necessário utilizar em combate.

Não obstante, como qualquer sistema, as ECR possuem, também, algumas vulnerabilidades, que serão exploradas pelos oponentes: as grandes exigências de largura de banda, habitualmente necessárias neste tipo de sistemas, podem atrasar a atualização da COP; as redes de computadores podem ser afetadas através de ataques cibernéticos ou

¹⁸ Ver definição no Apêndice 1 – Corpo de Conceitos



convencionais contra pontos-chave do sistema (um engenho explosivo colocado no sítio certo, por exemplo); e os sensores ou outros equipamentos remotos, podem ser usados contra as próprias forças, caso o inimigo os consiga ludibriar ou controlar (Bailey, 2004: 9).

Ora, tomando como exemplo, mais uma vez, os EUA, que é considerado um dos países que mais investe nas FA, coloca-se a questão de saber, se os investimentos em novas tecnologias se justificam, face ao tipo de guerras em que o país participa, bem como face às ameaças atualmente existentes.

Se considerássemos apenas as guerras mais recentes em que as alianças ocidentais têm participado, poderia-nos levar crer que não. A título de exemplo, aconteceu assim com os EUA no Iraque, continua a acontecer no Afeganistão contra as forças da coligação, e acontece com Israel face aos seus opositores.

Mas uma nova ameaça está presente – a cibernética – em comprovada emergência, levantando novos desafios e incertezas tanto quanto à forma de a combater, como à forma de explorar o seu máximo rendimento. Se por um lado determinados equipamentos avançados tecnologicamente não são eficientes nas G4G, não podemos descurar outros aspetos relacionados com as novas ameaças.

Os casos da Estónia, em 2007, e da Geórgia em 2008, foram já exemplos da capacidade de se conduzirem ataques cibernéticos, que nestas duas situações terão sido conduzidos pela Rússia. Apesar de no caso da Estónia não ter sido conseguido provar a proveniência dos ataques, eles eram por demais evidentes. Quanto à Geórgia, esse ataque foi deliberado, tendo sido levado a cabo algumas semanas antes da intervenção russa no território. Temos neste caso a agressão entre dois Estados, e não a típica agressão de uma entidade não-estatal.

Se fizermos uma análise à designada era da informação, tendo em consideração os elementos do poder nacional (ou as estratégias particulares definidas por Cabral Couto (1988: 230)), isto é, o diplomático, o informacional (ou psicológico), o militar e o económico, definido também por alguns autores pela mnemónica DIME, verificamos que a informação ocupa atualmente uma posição transversal relativamente a todos os outros. O poder da informação é indubitavelmente significativo a todos os níveis, e por isso de primordial importância na condução das estratégias da comunidade internacional, dando igualmente especial relevância à condução das designadas “operações de informação”.



A guerra da informação, associada ao impacto que a globalização e a internet têm no SPI, potencializam o valor da ameaça cibernética em termos de políticas de segurança e defesa nas relações internacionais e na prevenção e condução de conflitos. Por isso mesmo, o novo conceito estratégico da NATO, de novembro de 2010, levanta a ciberdefesa como uma das novas preocupações que a organização tem de considerar, tendo sido já tomadas medidas nalguns países tendo em conta esta nova capacidade.

Pela primeira vez na história, lida-se com uma ameaça diferente de todas as outras, que atuavam no domínio físico, desta vez no domínio virtual, criando uma nova dimensão das possíveis ameaças, a do ciberespaço¹⁹. Diferentes atores podem agora explorar esta nova dimensão, de uma forma competitiva ou hostil, para atacar tanto empresas, como Governos, ou mesmo estruturas de informação que apoiam a atividade das FA ou das Forças de Segurança (Nunes, 2010?: 0).

Por muito que os Estados continuem a investir, tecnologicamente, em novas capacidades, tornando cada vez mais as suas forças digitalizadas e baseadas em fortes capacidades tecnológicas, essa vantagem operacional é enfraquecida pelas novas formas de combate dos atores não-estatais das G4G. Por outro lado, com o emergir de novas ameaças no domínio tecnológico – as ameaças cibernéticas – que poderão ser cometidas tanto por Estados como por atores não-estatis, os gastos com os aparelhos militares têm de continuar a ser dispendidos, sob pena dos Estados ficarem vulnerável potencialidades dessas ameaças.

b. A “Comprehensive Approach” da NATO

Já no início de 2009 que o contingente português, presente no TO do Afeganistão, começou a sentir a mudança de mentalidade nas forças dos EUA, quanto à maneira como pretendiam conduzir as suas ações. O slogan “*to conquer population’s hearts and minds*” traduziu de certa forma este novo entendimento, que tanto as forças dos EUA como as da ISAF passaram a ter em consideração no TO do Afeganistão: o de conquistar a população emocional e mentalmente. Este objetivo foi definido tendo em vista aumentar a aceitação por parte da população local, das forças internacionais, e também, para diminuir o apoio que a população poderia facultar às forças *taliban*.

¹⁹ Ver definição no “Apêndice 1 – Corpo de conceitos”



A NATO foi recentemente mais longe, introduzindo o conceito de “*Comprehensive Approach*”, para a análise e condução do seu planeamento de operações. Trata-se, obviamente, de uma resposta ao crescente impacto que tem a globalização, na condução das operações militares, verificando-se que, tal como é referido na introdução do documento que aborda esta questão, a *Comprehensive Operations Planning Directive* (COPD), “*the military alone cannot resolve a crisis or conflict*”.

A NATO entende que as Organizações Internacionais (OI) , Organizações Não-Governamentais (ONG) e todos os atores envolvidos na construção de uma resposta internacional a um conflito, devem reconhecer a necessidade de trabalhar em conjunto, compreender as vantagens que se podem retirar dessa interdependência, não descurando o papel determinante que a Organização das Nações Unidas (ONU) têm, como entidade primariamente responsável pela manutenção da paz e da segurança, a nível internacional.

Como pudemos confirmar, numa conferência na NATO em abril de 2011 subordinada ao tema “*Energy Security Challenges*”, a NATO já identificou e reagiu a muitas das características identificadas nas G4G, preparando-se assim para as guerras que poderão surgir no futuro, como ficou evidente na cimeira em Lisboa, em novembro passado.

O seu novo conceito estratégico, está orientado para as novas ameaças emergentes, relacionadas com as restrições de recursos energéticos e riscos ambientais, bem como para o terrorismo, para a proliferação de armas de destruição massiva (ADM) e para a ciberdefesa.

Tendo em vista o descrito no parágrafo anterior e o prescrito na *Comprehensive Approach*, a NATO pretende responder aos novos desafios, através da expansão do diálogo com as OI e ONG, com a ampliação da sua rede de parcerias, com o diálogo com companhias privadas de energia e de tecnologias de informação, com o diálogo com a comunidade científica mundial.

No entanto, necessita ainda de implementar mecanismos, que garantam a condução das operações militares, em consonância com os objetivos políticos, colocando representantes militares nos principais TO, assim como de desenvolver novas capacidades de combate (como é exemplo o esforço desenvolvido na contra-subversão (COIN) no TO do Afeganistão), e de cooperar no treino e desenvolvimento de capacidades de terceiros, como acontece, hoje, no Iraque e no Afeganistão.



c. Uma Quinta Geração da Guerra?

Durante a evolução da guerra, não foi apenas o fator tecnológico que desencadeou o aparecimento de novas gerações, mas também o facto das técnicas de combate, que estavam a ser usadas ficarem ultrapassadas, obsoletas ou não serem sempre tão eficazes como pretendido.

Baseando-nos agora na caracterização “camaleónica” da guerra apresentada por Clausewitz, quando refere que a guerra se adapta às diferentes situações, leva-nos a considerar que, tendencialmente, com a hipotética falta de eficácia dos combatentes das G4G em alguns dos conflitos, associado ao aparecimento, mais uma vez, de novas tecnologias, conduzirá indubitavelmente ao emergir de uma nova geração da guerra, as guerras de quinta geração (G5G).

Tendo por base as mudanças verificadas a nível político, social e económico, desde que as G4G passaram a ocorrer com mais frequência, poderemos ter uma ideia de como este novo modo de guerra tenderá a aparecer.

O que poderá surgir como ferramenta passível de ser utilizada, nesta nova geração da guerra, são tecnologias emergentes, com grande poder para alterar o mundo de forma mais significativa do que as tecnologias da informação: a nanotecnologia²⁰, a biotecnologia, o ciberterrorismo ou ainda a criação de armas químicas ou radiológicas.

Apesar da nanotecnologia ainda demorar algum tempo a ficar acessível a qualquer indivíduo, não deixa de ser já considerada uma grande preocupação, enquanto que todas as outras já se encontram disponíveis atualmente. Basta que tomemos como exemplos o ataque ao metro de Tóquio em 1995 com gás Sarin, ou o ataque ao Capitólio dos EUA em 2001 com pó de “Antraz”²¹, como atentados que utilizaram algumas das novas armas para possibilitar aos terroristas a condução dos seus ataques.

O caso do ataque ao Capitólio constitui um bom exemplo do impacto que, possivelmente, apenas um indivíduo ou um grupo pequeno de indivíduos, pode causar a

²⁰ Ver definição no “Apêndice 1 – Corpo de conceitos”

²¹ Antraz (Em Português, *Anthrax* em Inglês) ou Carbúnculo é uma infeção causada pela bactéria *Bacillus Anthracis* que afeta principalmente o gado. Pode ocasionalmente ser propagada aos humanos que entrem em contacto com animais ou produtos derivados de animais infetados, afetando a pele, os intestinos ou os pulmões, ou então através de distribuição intencional de “esporos” de antraz como uma arma biológica (MedicineNet.com, 2011).



um Estado, neste caso, precisamente aquele, considerado como a única superpotência mundial.

Até hoje, ainda não foi descoberto o autor deste ataque, nem quais seriam as suas intenções, nem foram feitas quaisquer detenções de possíveis suspeitos. Isto leva a crer que esta ação foi efetivamente perpetrada por apenas um indivíduo, ou então por um grupo muito reduzido, uma vez que não houve qualquer fuga de informação, passível de acontecer mais facilmente num grupo maior.

Este caso, representa, por isso, a possibilidade de apenas um indivíduo efetuar um ataque contra um Estado poderoso, utilizando uma arma biológica avançada, na defesa de uma causa. Se excluirmos a forma como o(s) executante(s) teve(tiveram) acesso à substância perigosa (*Antraz*), o ataque teve um nível de execução que poderemos considerar extremamente simples (através do envio de uma carta via postal), já que representou uma perturbação significativa no funcionamento do Congresso dos EUA, um custo elevadíssimo na sua limpeza, levando à necessidade de criar um sistema para verificação de correspondência, que ainda hoje está em vigor (Hammes, 2007: 25)

O que parece ser um facto é que, tal como refere ainda Hammes(2007: 25), “*a combinação entre motivação política, organização social e desenvolvimento económico, concedeu capacidades destrutivas cada vez maiores a grupos cada vez menores*”.

Assim, podemos prever que as G5G vão basear-se também nas premissas das G4G, em que as lealdades políticas e sociais, associadas a determinadas causas, continuarão a substituir as lealdades às nações, associadas ao crescente aparecimento de atores não-estatais, que utilizarão armas com poder destrutivo massivo, associadas à biotecnologia, armas químicas ou radiológicas, ao ciberterrorismo e, num futuro próximo, possivelmente, à nanotecnologia.

As G5G poderão, assim, causar o pânico e o terror na população, a nível mundial, quando indivíduos tiverem acesso a armas de grande destruição, de variados tipos, que poderão não só causar a morte a milhares de pessoas, como causar enorme perturbação na vida social e económica de nações inteiras.

Nas G4G, existe ainda hoje a dificuldade para os seus combatentes, de conseguirem que as ações de terror, que levam a cabo na tentativa de passar da sua mensagem política, não tenham um efeito negativo na sociedade. O assassinato assumido e premeditado de vítimas civis, nos moldes atuais, continua a ser um problema que nem sempre é aceite



como necessário, para a defesa das suas causas. Essa dificuldade será ainda maior quando considerarmos as potencialidades das armas que se poderão utilizar nas G5G, que poderão levar à morte de muitos milhares de pessoas. O combatente das G5G poderá mudar o curso da história, com atos dramáticos e diabólicos de terrorismo, mas será mais difícil prever que consigam atingir objetivos políticos, através deles (Wirtz, 2008: 50).

Os combatentes das G5G, poderão conseguir transformar-se em atores na cena internacional, provocando um número tão elevado de mortos como conseguem hoje as forças convencionais das G4G, se assim o pretendessem, mas tenderão a falhar na conquista de objetivos políticos.

d. Síntese conclusiva

O futuro da guerra aparenta desviar-se do que parecia ser mais natural. O desenvolvimento de novas armas, tecnologias ou capacidades militares, apesar de serem uma constante e de contribuírem indubitavelmente para facilitar o cumprimento das missões militares, poderão ser nalguns casos ineficazes na neutralização das atividades dos novos atores emergentes.

O constante crescimento da globalização põe em risco o alastrar de conhecimento destas novas armas, do seu fabrico e do livre acesso por parte de indivíduos com intenções maliciosas, que tentarão tirar partido do seu efeito devastador para perpetrarem ataques com elevados níveis de destruição e mortalidade.

Neste contexto, cresce o receio e a desconfiança a nível internacional de como e quando os novos atores terão a capacidade de produzir ou desenvolver ADM, sejam elas biológicas, químicas ou radiológicas, ou armas de disrupção massiva no que concerne às ciberameaças e de que formas as poderão utilizar na defesa das suas ideologias.

Prevê-se assim que no futuro se mantenham algumas das características das G4G, com a atuação de atores não-estatais na defesa das suas causas, mas com potencialidades cada vez maiores, colocando em risco mais vidas humanas.

Uma vez que não é reconhecido internacionalmente a um indivíduo o uso da força para defender a sua causa ou os seus interesses como é a um Estado, coloca-se também a questão de saber se estes atos poderão ser considerados como guerra ou simplesmente como um ato criminoso. Desvanece a fronteira entre o que deve ser combatido pelas FA ou pelas forças de segurança dos países, já que o efeito que pode ser causado por essas armas terá com certeza impacto para além das fronteiras do local onde possa ocorrer.



Relativamente à resposta à QD4, consideramos assim como provada a hipótese levantada (H4) de que “os conflitos do futuro manter-se-ão como guerras entre Estados e atores não-estatais, não obstante a existência de uma capacidade de destruição que poderá ser bastante mais elevada através da utilização de novas armas, com maior efeito devastador”.



6. Portugal e as G4G

Como acontece em todas os países, existe a necessidade permanente de adequar o grau de prontidão operacional das respetivas FA, de acordo com as ameaças com as quais elas devem estar preparadas para combater.

Como provámos nos terceiro e quarto capítulos do presente trabalho de investigação, são as G4G aquelas que melhor caracterizam os conflitos da atualidade. Importa, agora, analisar de que forma é que Portugal e as suas FA estão preparadas, ou poderão vir a estar, para lidar com este tipo de conflitualidade, bem como para as novas ameaças emergentes, já referidas no capítulo anterior.

O facto de o nosso país pertencer à NATO, associado às crescentes necessidades de uma eficiente gestão, a nível económico dos orçamentos dos Estados, tem levado a cortes sucessivos em assuntos relacionados com a defesa e em alguns casos no setor da segurança interna.

A justificação recorrente para esta situação, está normalmente associada ao Artigo 5º do Tratado da Aliança, onde todos os países membros serão obrigados a intervir, caso um deles seja atacado por terceiros, levando consequentemente a que as suas FA não tenham necessidade de ser tão robustas, como teriam de ser no caso de terem de garantir a defesa do seu território isoladamente.

a. A Guerra Colonial Portuguesa

Tendo em consideração a ameaça assimétrica, presente nas G4G, consideramos relevante salientar alguns aspetos sobre as guerras em que o nosso País esteve envolvido, em África, nas décadas de 60 e 70. Isto porque, também no caso da guerra colonial, Portugal teve de enfrentar inimigos que conduziam as suas operações através da guerra subversiva contra o regime Português, ambiente esse que está hoje inequivocamente presente nas G4G.

Já naquele conflito, a resposta que Portugal foi obrigado a desenvolver, exigiu *“ação coordenada e muito íntima entre as Forças Armadas, as autoridades administrativas e as populações”* (Ceca, apud Garcia, 2007: 152). Curiosamente, este contexto é identificado na metodologia da *Comprehensive Approach* da NATO, embora envolvendo outras entidades.



A título de exemplo, podemos ainda referir outros casos com características das contemporâneas G4G, da guerra colonial (Garcia, 2007a: 154-171):

- O esforço português, tendo por base a estratégia contrassubversiva, visava não só a atuação militar pela atrição, mas também uma atuação social e psicológica, com o objetivo de conquistar o “coração” das populações;
- A manobra psicológica adotada pelos portugueses tinha a finalidade de separar as populações da guerrilha e desmoralizar o adversário;
- Nos três TO da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, foram elaborados estudos aprofundados sobre o ponto de vista étnico, linguístico, religioso, sócio-económico, entre outros, na tentativa de compreender o funcionamento daquelas sociedades e da sua cultura.

Estes, e muitos outros exemplos relacionados com as G4G, podem ser retirados das diversas análises existentes, da Guerra Colonial.

Um outro dado curioso, é que Portugal publicou em 1963, com reedição em 1966, uma publicação sobre esta temática, intitulada “O Exército na Guerra Subversiva”, num total de cinco volumes. Alguns dos ensinamentos nela contidos, estão em consonância com o manual Norte-Americano sobre contrassubversão, com data de 2004, provando que os nossos ensinamentos foram bem compilados.

O que podemos concluir, é que a experiência portuguesa nas guerras subversivas de África nos pode ser útil, e já terá eventualmente sido, na participação Portuguesa em Operações de Apoio à Paz (OAP).

Por outro lado, o Curso de Operações Irregulares (COIR), que visa a instrução em operações dessa natureza, em ambiente subversivo e, que anteriormente era de carácter obrigatório para todos os Oficiais e Sargentos do Quadro Permanente (QP), deixou de o ser em 2001.

b. Situação internacional atual

O Secretário-Geral da NATO, Anders Rasmussen, proferiu um discurso (Rasmussen, 2011) na Conferência de Segurança de Munique, em fevereiro do corrente ano, onde alertou os países membros para uma série de problemas relacionados com questões de Defesa, tanto nacionais como a nível da organização. Neste discurso, referiu os aspetos que enunciamos de seguida.



Os cortes sucessivos nos custos com a defesa nacional, que têm vindo a ser consecutivamente efetuados pelos países europeus, podem por em causa a segurança em que se baseiam as sociedades democráticas da NATO.

Como ordem de grandeza, há dez anos atrás, a contribuição dos EUA representavam cerca de metade do orçamento da NATO, Rasmussen afirma que hoje já se situam na casa dos 75%, com tendência ainda para aumentar, mesmo com os cortes anunciados pelo Pentágono em janeiro de 2011.

Refere também que os países europeus não podem pensar em dedicar-se apenas á condução de estratégias baseadas no *soft power*, deixando a componente do *hard-power* para os EUA, que rejeitarão essas intenções, e que poderão optar pela procura de novos parceiros estratégicos, que tenham intenção de investir mais na defesa.

A opção defendida por Rasmussen tem de ter outros contornos. Tem de se basear no conceito de “*Smart Defence*”: assegurar melhor segurança, com menos custos financeiros, trabalhando em conjunto e com maior flexibilidade. Baseia este conceito no “*pool and share*” de capacidades, com as nações a desenvolverem essas capacidades em estreita ligação com a NATO, num sistema integrado e alargado,

Se estes desenvolvimentos forem conduzidos numa lógica de não sobreposição de capacidades, o que fará todo o sentido, uma vez que a organização defende o conceito de defesa coletiva, cada país poderá investir no seu próprio sistema, colocando-o ao dispor da NATO, e beneficiando da defesa noutros vetores, desenvolvidos por outros países membros. Este objetivo pode também aplicar-se no que diz respeito ao campo da investigação e desenvolvimento, onde se verifica que 80% do investimento dos países europeus se destina a programas estritamente nacionais.

Outras soluções corporativas, bilaterais ou multilaterais, como aconteceu entre a GBR e a França, no patrulhamento do Canal da Mancha, através da utilização dos meios numa ótica multinacional, é também uma possível solução, contribuindo também para a redução dos orçamentos da defesa nacional.

Portugal, assim como os outros países Europeus, terá de corresponder a estas expectativas da organização, tornando os meios de todos os países constituintes mais rentáveis, e os seus investimentos mais eficientes. Não pode escudar-se na crise financeira que atravessa, para não investir no setor da defesa, e alhear-se dos compromissos coletivos da organização, correndo o risco de por em risco a sua própria defesa e segurança.



c. Documentos nacionais enquadrantes

A Directiva Ministerial de Defesa (DMD) 2010-2013 (MDN, 2010) e a Directiva para a Implementação da Reforma (DMIR) (MDN, 2010a) , do Ministro da Defesa Nacional, já dão orientações claras às FA quanto a algumas das problemáticas levantadas pelo Secretário-Geral da NATO.

O planeamento baseado em capacidades; a abertura à inovação; a elevada prioridade na participação nas NATO Response Forces (NRF) e nos Battle Groups (BG) da União Europeia (UE), em consonância com as *Force Proposals* da NATO e com os *Headline Goals* da UE, respetivamente; a junção dos *Headline Goals* militar e civil; e a continuação da participação de Portugal nas Forças Nacionais Destacadas (FND), são exemplo do compromisso português de contribuir para a NATO e a UE em questões de Defesa.

Mas para que tudo isto aconteça, e tal como refere a DMD, “[a] *Lei de Programação Militar (LPM)*] deve permitir avaliar, no tempo e em tempo, o cumprimento dos programas de edificação de capacidades definidos em sede própria, devendo ser ajustado em conformidade. Ao mesmo tempo, deve possibilitar a participação em projetos multinacionais, tanto ao nível de colaboração bilateral como multilateral”.

A DMD dá ainda orientações para que seja dada especial atenção à ciberdefesa, no cenário das novas ameaças ligadas ao terrorismo, e no uso indevido das novas tecnologias.

Outro documento importante é o Conceito Estratégico Militar (CEM), que data de 2003, ainda de acordo com o conceito estratégico da NATO, de 1999. É deste documento, que derivam todas as ações e documentos que o Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA) e os respetivos ramos se baseiam, para definir os seus próprios conceitos.

Dentro do quadro deste trabalho de investigação, importa referir ainda a Directiva Nº 29/CEME/010 do General Chefe de Estado Maior do Exército (CEME) – “Directiva para o Biénio 2010/2011”. Neste documento, tendo em consideração as orientações superiores, o Exército manifestou a sua preocupação face às novas ameaças referidas, quando dá a tarefa ao Comando de Instrução e Doutrina (CID) de “*desenvolver as ações necessárias para a atualização doutrinária, em especial na adaptação dos manuais da guerra subversiva(...)*”, e ao Comando das Forças Terrestres (CFT) a de “*desenvolver e incrementar o Elemento da Guerra da Informação, em conformidade com o plano de implementação desta capacidade*”.



d. Síntese Conclusiva

A experiência de Portugal nos conflitos em África, durante a guerra colonial, constituem uma mais valia para o nosso país, quanto à compreensão e participação nas OAP, algumas delas também de carácter subversivo.

A situação financeira que a Europa atravessa, tem levado a cortes consecutivos nas verbas destinadas à Segurança e Defesa das nações, o que as poderá colocar em perigo face ao contínuo aparecimento de novas ameaças.

Os EUA não vão aceitar continuarem a ser o único país da NATO a investir tanto em equipamentos militares, como em investigação e desenvolvimento, esperando dos seus pares o mesmo posicionamento no quadro da Aliança.

O parecer da NATO, é que sejam feitos esforços para que os países membros não invistam os seus cada vez mais reduzidos orçamentos, em capacidades idênticas. A solução passará pelo comprometimento de todos os membros da Aliança no desenvolvimento de capacidades específicas, numa lógica de *pool and sharing*, onde as capacidades desenvolvidas produzirão efeitos para a segurança coletiva, objetivo primário na génese da organização.

Quanto à situação de Portugal, parece-nos que pelo menos quanto à análise da situação internacional e às medidas que são necessárias tomar, para seguir a linha de pensamento da NATO, foram definidas boas orientações, ambiciosas, que se torna imperativo cumprir. A situação de crise não deverá, assim, servir de escudo para que não sejam feitos os investimentos necessários para atingir os objetivos propostos.

A resposta à QD5 aparece-nos, neste quadro, parcialmente provada, considerando a hipótese elencada no primeiro capítulo, onde foi referido que “*as recentes transformações ocorridas nas Forças Armadas (FA) permitem que Portugal participe em G4G apenas em ambiente multinacional, nas capacidades levantadas nos seus níveis de ambição*”.

Ainda é necessário efetivar algumas das capacidades levantadas por Portugal, como por exemplo a capacidade de helicópteros. Outro problema que pode dificultar o alcançar dos objetivos definidos, são os cortes sucessivos na LPM, que comprometem significativamente essa ação.



7. Conclusões

A incerteza, presente na condução de eventos tão adversos como a guerra, levanta a necessidade permanente de nos mantermos atualizados quanto à sua situação atual, a todos os níveis, bem como quanto à sua evolução futura. De acordo com este enquadramento, tanto as FA como os Governos das nações pertencentes às organizações de que Portugal é membro, procuram preparar-se melhor para a resolução de conflitos com impacto a nível mundial, em que se vejam compelidos a participar.

Neste contexto, serve o presente trabalho de investigação para analisar o conceito das “Guerras de Quarta Geração”, enquadrado numa das possíveis teorizações da evolução da guerra, ao longo dos tempos.

Dividimos assim o nosso estudo em seis capítulos, procurando enquadrar o tema face às guerras recentes que consideramos mais importantes a nível mundial, bem como aquilo que se espera encontrar nos conflitos do futuro, e analisar a posição de Portugal perante a nova tipologia de guerra.

No segundo capítulo, começamos por relacionar a teoria da geração da guerra, com outras abordagens que estudam a sua evolução, desde que os primeiros autores se debruçaram sobre o fenómeno da guerra. Apesar das diferentes opiniões e aproximações a esta temática, desde conceitos designados como “*a nova conflitualidade*”, “*a transformação da guerra*”, “*novas guerras*” ou “*a revolução nos assuntos militares*”, verifica-se uma mudança significativa no espectro das operações militares, que esteve quase sempre ligada diretamente a novas descobertas tecnológicas. Os conflitos interestatais tendem a desaparecer, ou pelo menos a diminuir significativamente a probabilidade da sua ocorrência. Surgem novos atores na cena internacional, capazes de defrontar os Estados mais poderosos e influenciar o SPI.

O terceiro capítulo ficou reservado para a análise da teoria das gerações da guerra, e em particular as de quarta geração, tema central do presente estudo. Datada inicialmente de 1989, coincidindo com o final da Guerra Fria, esta teorização previu, com alguma evidência, como seriam os conflitos daí para a frente, verificando-se algumas das suas características nos conflitos atuais.

Depois de Thomas Hammes aprofundar a teoria inicial de Lind e dos seus colegas coautores, o conceito de G4G ficou definido com mais pormenorização, servindo de



possível referência para caracterização, de uma maneira geral, dos conflitos atuais, tal como provamos ao longo do capítulo, ainda que com algumas opiniões em contrário. O termo de “nova geração”, utilizado para classificar os conflitos contemporâneos, de quarta geração, não é efetivamente consensual entre muitos autores. A razão recorrente que serve de justificação para esta crítica, é a de que os novos conflitos são uma mistura das anteriores gerações da guerra, não sendo por isso apropriado o termo “geração”, uma vez que não existe aparente evolução relativamente às gerações antecessoras. No entanto, consideramos que estamos numa era diferente daquelas onde ocorreram as outras gerações, a da informação e da globalização, com novas ferramentas disponíveis no campo de batalha, e fora dele, no que diz respeito às ameaças virtuais. Será por isso, perfeitamente aceitável, considerar os conflitos atuais como uma nova geração, à luz da teoria das gerações da guerra.

No quarto capítulo, iniciámos a nossa abordagem com a construção de um modelo de análise adaptado às G4G, que serviu para caracterizar os conflitos que ocorreram desde o surgimento deste novo tipo de guerras, até à atualidade. Surgiram desde então inúmeras situações que levaram à ocorrência de escaramuças entre civilizações a nível mundial, onde nem sempre as G4G estiveram presentes. No entanto, consideramos que nos conflitos onde o impacto internacional foi elevado, as G4G, ou pelo menos algumas das características presentes nessa geração, têm sido evidentes. Falamos de guerras assimétricas, em ambiente subversivo, onde a utilização da tecnologia nem sempre é suficiente para conduzir à vitória, como refere Van Creveld numa das suas afirmações.

Posteriormente, descrevemos no quinto capítulo uma prospectiva da evolução da guerra, tendo inclusivamente em consideração, as ações que foram já tomadas pela NATO, relativamente ao que se prevê no futuro. As aparentes dificuldades na rápida resolução dos conflitos de quarta geração, onde a NATO tem participado, tais como o Iraque e o Afeganistão, leva a que seja considerada uma nova abordagem para a sua resolução, designada pela organização como “*Comprehensive Approach*”. Engloba o esforço coordenado de outras entidades, para além das militares, na tentativa de resposta às guerras assimétricas, as G4G, tais como OI e NGO, bem como o esforço sincronizado de todos os outros elementos de poder nacionais além do militar – os diplomático, informacional e económico.



A presença transversal do campo das informações, em todos os níveis dos elementos de poder, e da troca de informação interagencial, coloca em relevo a importância das operações de informação, e da guerra da informação, nas operações militares.

Por outro lado, o aparecimento de um novo domínio operacional, o do ciberespaço, pode inclusivamente criar a necessidade de uma nova componente na estrutura organizacional das forças militares. Até hoje, organizamos as nossas estruturas conjuntas em comandos de componente, sejam elas naval, terrestre, aérea, de operações especiais ou de operações psicológicas. A criação da componente cibernética pode ser considerada hoje uma necessidade premente para todos os Estados, como acontece já nos EUA.

As novas armas que poderão ficar ao dispor dos atores não-estatais, como consequência da globalização e da expansão da internet, com um poder destrutivo e disruptivo, até hoje, apenas ao alcance e sob controlo das entidades Estatais, trará graves consequências, em vários domínios da sociedade em geral.

Reservamos o sexto capítulo para tecer considerações acerca dos esforços nacionais, relativamente ao aparecimento das G4G, bem como o de novas ameaças ao SPI.

A participação de Portugal na guerra colonial, com muitas características que estão hoje presentes nas OAP em que participamos, deveria ser por isso potencializada com os conhecimentos adquiridos nesta área, como acontecia por exemplo através da frequência do COIR, para todos os membros do QP do Exército.

Enquadrado na estrutura da NATO e da UE, Portugal não se pode alhear das suas responsabilidades, tal como todos os outros países membros, perante estas duas importantes organizações. A condição de membro, *per si*, implica não só tirar proveito das alianças a que pertencemos, mas também dar o nosso contributo, tendo em vista uma política comum de segurança e defesa.

Como refere o Secretário-Geral da NATO, não podem ser só os EUA a contribuir com o *hard power* para a defesa coletiva da aliança, não podendo por isso os Estados Europeus deixar de investir nesse setor, colocando em perigo a sua própria segurança, e a da organização.

É neste contexto, que consideramos que as DMD e DMIR refletem desde logo as preocupações da NATO e da UE, e que direcionam as FA no caminho correto para o cumprimento dos seus compromissos internacionais. No entanto, para que tal seja possível,



é imperioso que a LPM seja rigorosamente cumprida, não podendo por isso sofrer cortes sucessivos, como tem vindo a acontecer.

Pela análise das sínteses conclusivas que apresentámos em cada um dos capítulos intermédios e pelo descrito anteriormente, consideramos como respondida a questão central, inicialmente levantada no nosso trabalho de investigação, onde questionámos “de que forma está o conceito de “Guerra de Quarta Geração” devidamente adaptado e em conformidade com as guerras da atualidade, e qual será o seu futuro”.

Tendo em consideração o que foi referido, resta-nos tecer algumas recomendações, em jeito de conclusão.

Recomendações

- De forma a que Portugal possa honrar os compromissos nacionais com a NATO e a UE, torna-se necessário um rigoroso cumprimento da LPM, para permitir a edificação de capacidades multinacionais, e uma eficiente economia financeira;
- Para uma melhor preparação e instrução dos militares do QP do Exército, em ambientes subversivos, o regresso da obrigatoriedade de frequência do COIR. Na mesma linha de pensamento, o curso de HUMINT, que poderá complementar formação nesta área, poderia ganhar também mais relevância nas FA;
- Acelerar, tanto quanto possível, a revisão do manual “O Exército na Guerra Subversiva”, uma vez que uma das prioridades atuais das FA nas FND, são TO em ambiente desta natureza;
- Tendo em consideração a importância que ganham as operações de informação e a guerra de informação, face às novas ameaças das G4G, assim como das ciberameaças, que sejam propostas novas investigações no CEMC, nessas duas áreas.



Referências bibliográficas

ANDREATTA, Filippo. *The Bosnian War and the New World Order – Failure and success of international intervention* [em linha]. Paris: Institute for Security Studies – Western European Union, 1997. [Referência de 20 de abril de 2011]. Disponível na Internet em < <http://www.iss.europa.eu/uploads/media/occ001.pdf>>.

BAILEY, Cor Alvin L. *The implications of network centric warfare* [em linha]. Pennsylvania: U.S. Army War College, 2004 [Referência de 19 de abril de 2011]. Disponível na internet em < <http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?Location=U2&doc=GetTRDoc.pdf&AD=ADA423336> >.

BARROSO, Luís Fernando M. (2007). *Israelitas vs Hezbollah : A Guerra de 4ª Geração*. Lisboa: Jornal do Exército, Nº562, maio, p. 12-21.

BLACKWELL, James. *Thunder in the Desert* [em linha]. Londres: Bantam Books, 1991.[Referência de 01 de abril de 2011] Disponível na internet em <http://www.historyofwar.org/articles/wars_gulf1990.html>

BOND, Brian, & MARTIN, Alexander (1986). “Liddell Hart and De Gaule: The Doctrines of Limited Liability and Mobile Defense.” In *Makers of Modern Strategy from Machiavelli to the Nuclear Age*, de Peter Paret, 598-623. New Jersey: Princeton University Press.

CENTRE INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *CIA and the Vietnam Policymakers: Three Episodes 1962-1968* [em linha]. [S.N.]: CIA, 2007.[Referência de 25 de Abril de 2011]. Disponível na internet em < <https://www.cia.gov/library/center-for-the-study-of-intelligence/csi-publications/books-and-monographs/cia-and-the-vietnam-policymakers-three-episodes1962-1968/anex1.html> >

CHEFE DO ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO (CEME) (2011). *Diretiva Nº29/CEME/2010. Diretiva para o Exército – Biénio 2010-2011*.

CREVELD, Martin Van (1991). *The Transformation of War*. New York: The Free Press.



ECHEVARRIA II, Antulio J.(2005). *Fourth Generation Warfare and Other Myths*. USA: Strategic Studies Institute.

___ (2008). Deconstructing the theory of Fourth-Generation War. In T. Terriff, A. Karp, & R. Karp, *Global Insurgency and the Future of Warfare: The Fourth Generation Warfare Debate* (pp. 58-66). Oxon: Routledge.

EVANS, M. (2008). War evolves into the fourth generation. In T. Terriff, A. Karp, & R. Karp, *Global Insurgency and the Future of Warfare: The Fourth Generation Warfare Debate* (pp. 67-74). Oxon: Routledge.

EXÉRCITO PORTUGUÊS (2005). *Regulamento de Campanha – Operações*. Lisboa.

FEIFER, Gregory (2009). *The Great Gamble – The Soviet War in Afghanistan*. New York: HarperCollins Publishers.

FERRIS, John (2008). Generations at war? In T. Terriff, A. Karp, & R. Karp, *Global Insurgency and the Future of Warfare: The Fourth Generation Warfare Debate* (pp. 75-77). Oxon: Routledge.

FREEDMAN, Lawrence (2008). Elegant irrelevance revisited. In T. Terriff, A. Karp, & R. Karp, *Global Insurgency and the Future of Warfare: The Fourth Generation Warfare Debate* (pp. 78-86). Oxon: Routledge.

GARCIA, Francisco P. *A nova conflitualidade* [em linha]. Lisboa: Instituto D. João de Castro, 2007. [referência de 28 de outubro de 2010]. Disponível na Internet em <http://www.idjc.pt/artigos/A_NOVA_CONFLITUALIDADE.htm>.

___(2007a). Descrição do fenómeno subversivo na atualidade. A estratégia da contrassubversão. Contributos Nacionais. In MOREIRA, Adriano, RAMALHO, Pinto. *Estratégia*. Vol XVI, p. 113-182. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica.

HAMMES, Col Thomas X. (2006). *The Sling and the Stone. On war in the 21st Century*. EUA: Zenith Press.



____(2007). *A Guerra da Quarta Geração Evolui, A Quinta Emerge*. BRASIL: Military Review, Setembro-Outubro, p. 16-27.

____ (2008). War evolves into the Fourth Generation. In T. Terriff, A. Karp, & R. Karp, *Global Insurgency and the Future of Warfare: The Fourth Generation Warfare Debate* (pp. 21-44). Oxon: Routledge.

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES (2010). *Norma de execução permanente nº 218, Trabalhos de investigação*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.

KALDOR, Mary. *Old Wars, Cold Wars, New Wars, and the War on Terror* [em linha]. Londres: School of Economics, 2005. [referência de 09 de janeiro de 2011]. Disponível na Internet em <http://www.lse.ac.uk/Depts/global/Publications/PublicLectures/PL_Old%20Wars%20Cold%20War%20New%20Wars%20and%20War%20on%20Terror1.pdf>

____ (2007). *New and Old Wars - Organized Violence in a Global Era*. 2nd Edition. Stanford: Stanford University Press.

KOBER, A. (2008). The end of Israeli omnipotence? In T. Terriff, A. Karp, & R. Karp, *Global Insurgency and the Future of Warfare: The Fourth Generation Warfare Debate* (pp. 147-164). Oxon: Routledge.

LIND, William (2005). *Compreendendo a Guerra de Quarta Geração*. Brasil: Military Review, Janeiro-Fevereiro, p. 12 a 17.

LIND, W. S., NIGHTENGAL, K., SCHMITT, J. F., SUTTON, J. W., & WILSON, G. I. (2008). The Changing Face of War: Into the Fourth Generation. In T. Terriff, A. Karp, & R. Karp, *Global Insurgency and the Future of Warfare: The Fourth Generation Warfare Debate* (pp. 13-20). Oxon: Routledge.

LOPES, Liliana Araújo. Contexto Internacional. *Resenha: New and Old Wars – Organized Violence in a Global Era* [em linha]. Julho/dezembro de 2002, vol 24, nº2. [referência de 17 de janeiro de 2011], p. 433-439. Disponível na Internet em <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v24n2/v24n2a06.pdf>>



LUTTWAK, E. (2008). A brief note on "Fourth Generation Warfare". In T. Terriff, A. Karp, & R. Karp, *Global Insurgency and the Future of Warfare: The Fourth Generation Warfare Debate* (pp. 52-53). Oxon: Routledge.

MEDICINENET.COM. *Definition of Anthrax* [em linha] [Referência de 17 de abril de 2011]. Disponível na internet em: <<http://www.medterms.com/script/main/art.asp?articlekey=2273>>.

MILITARY SITE MAP. *William Lind Archives* [em Linha] [Referência de 07 de março de 2011]. Disponível em: <http://www.military.com/Opinions/0,,Lind_Index,00.html>

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL (MDN) (2010). Diretiva Ministerial da Defesa 2010-2013. In REPÚBLICA PORTUGUESA, *Diário da República*, 2ª Série, Nº 86, p. 23150- 23154.

__(2010a). Diretiva Ministerial para a Implementação da Reforma. In REPÚBLICA PORTUGUESA, *Diário da República*, 2ª Série, Nº 86, p. 23154- 23156.

MODERN LANGUAGE ASSOCIATION (MLA). The American Heritage® New Dictionary of Cultural Literacy, Third Edition. Houghton Mifflin Company, 2005. [Em linha] [referência de 19 de abril de 2011] Disponível na Internet em <<http://dictionary.reference.com>>

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION (NATO) (2008). *AJP 3.9 – Allied Joint Doctrine for Joint Targetting*. [S.I.]: NATO.

NUNES, Paulo Viegas. *Mundos Virtuais, Riscos Reais: Fundamentos para a Definição de uma Estratégia da Informação Nacional* [em linha]. [S.I.],[s.n.], 2010(?). [referência de 19 de abril de 2011]. Disponível na internet em < http://www.segurancaedefesa.org/conteudo/congresso/ICNSD_4G_texto_pdf_paulo_viegas_nunes.pdf>

PINHEIRO, Gen Álvaro de Souza. *O conflito de 4ª geração e a evolução da guerra irregular* [em Linha] [S.I]: [s.n.], 2007. [referência de 26 de fevereiro de 2011]. Disponível na internet em: <http://www.eceme.ensino.eb.br/portallee/arquivos/o_conflito_de_4a_geracao_e_a_evolucao_da_guerra_irregular_gen_alvaro_ago07.pdf>



PINTO, Maria do Céu (2007). *As 4 Gerações da Guerra Moderna*. Lisboa: Jornal do Exército, Nº554, agosto/setembro de 2006, p. 12-18.

____ (2007a). *A Evolução da Conflitualidade*. Lisboa: Cidadania e Defesa, Nº26, novembro/dezembro.

RASMUSSEN, Anders Fogh. *Building Security in an Age of Austerity* [em linha]. Discurso proferido na Conferência de Segurança de Munique, em fevereiro de 2011. [referência de 10 de abril de 2011]. Disponível na Internet em < http://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions_70400.htm>.

REUVENY, Rafael e PRAKASH, Aseem. The Afghanistan war and the breakdown of the Soviet Union. In *Review of International Studies* [em linha] [S.N.]: British International Studies Association, p. 693-708, 1999. [referência de 25 de Abril de 2011]. Disponível na internet em < <http://faculty.washington.edu/aseem/afganwar.pdf> >.

SCHMITT, Michael N. *The War in Afghanistan: A Legal Analysis* [em linha] Newport, Rhode Island: International Law Studies, Naval war College, 2009. [referência de 02 de abril de 2011] Disponível na internet em <<http://www.usnwc.edu/Research---Gaming/International-Law/RightsideLinks/Studies-Series/documents/Vol-85-Web1.aspx>>

SECURITY NATIONAL JOURNAL. *Col. Thomas X. Hammes* [em Linha] [referência de 07 de março de 2011]. Disponível na Internet em: <<http://security.nationaljournal.com/contributors/col-thomas-x-hammes.php>>

SHAPE (2010). *Comprehensive Operations Planning Directive*. Bélgica: NATO.

SILVA, Carlos Alberto Pinto. *Guerra Assimétrica: adaptação para o êxito militar* [em Linha] [S.I.]: [s.n.], 2002(?) [referência de 26 de outubro de 2010]. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/4533157/Guerra1-Assimetricas-e4-Geracao>>

SILVA, Carlos Viegas da. *A transformação da guerra na passagem para o século XXI. Um estudo sobre a atualidade do paradigma de Clausewitz* [em linha]. São Carlos: [s.n.], 2003. [referência de 15 de janeiro de 2011]. Disponível na Inter



SMITH, General Sir Rupert (2006). *The Utility of Force: The Art of War in the Modern World*. Londres: Penguin.

SOUSA, Rainer. *Guerra Irã-Iraque* [em linha] Brasil Escola, 2002?.[referência de 12 de abril de 2011]. Disponível na Internet em < <http://guerras.brasilecola.com/seculo-xx/guerra-irairaque.htm>>

WIRTZ, J. J. (2008). Politics with guns. In T. Terriff, A. Karp, & R. Karp, *Global Insurgency and the Future of Warfare: The Fourth Generation Warfare Debate* (pp. 47-51). Oxon: Routledge.



Entrevistas

- GARCIA, TCor Inf Francisco Proença (2011) – Adjunto do Chefe da DELNATO [13 de abril de 2011]
- NUNES, TCor Tm (Eng) Paulo Viegas (2011) – Divisão de Comunicações e Sistemas de Informação do Estado Maior do Exército [26 de abril de 2011]
- TEIXEIRA, TCor Inf Pedro Brito, QUARESMA, TCor Eng Nuno (2011) – Divisão de Planeamento de Forças do Estado Maior do Exército [26 de abril de 2011]



Apêndice 1 - Corpo de conceitos

A compilação dos principais conceitos e dos seus significados que se expõe de seguida, pretende evitar confusões entre expressões que aparecem no TII, facilitando desta forma a compreensão da investigação:

– **“Blitzkrieg”**: Tática de Guerra utilizada pelas forças germânicas na IIGM. Numa *blitzkrieg*, tropas e veículos, tais como carros de combate, fizeram ataques de surpresa extremamente rápidos, com apoio aéreo. Esta tática resultou na rápida conquista de França pela Alemanha em 1940. *Blitzkrieg* em alemão significa guerra relâmpago. (MLA, 2005).

– **Ciberespaço**: A palavra “ciberespaço” surge da aglutinação dos termos “cibernética” e “espaço”. Avançada inicialmente pelo escritor canadiano William Gibson, no seu livro “Neuromancer” (1984), a sua utilização viria a generalizar-se para descrever o espaço virtual associado à Internet (Nunes, 2010(?): 2)

– **Estado**: Sociedade organizada de forma soberana num território bem definido, gerido por um governo destinado a satisfazer as necessidades essenciais dos indivíduos e grupos que o compõem e que, em regra, evidencia padrões culturais comuns, governo esse que detém o monopólio do uso da força física (Couto, 1988: 19);

– **Estado-Nação**: Estado moderno ou nação que conseguiu assumir-se como unidade política independente e soberana (Couto, 1988: 19);

– **Guerra Clássica ou Convencional**: Guerra que comporta essencialmente o emprego de meios militares, com exceção dos meios nucleares, combinado com ações de guerra fria e, eventualmente (caso de potências nucleares), com ameaças de extensão da guerra ao nível nuclear (Couto, 1988: 155);

– **Guerra Fria**: Gama de ações em que a coação reveste as formas de ação económica, psicológica, diplomática e política no interior do adversário, combinada com o eventual aprontamento e movimentação de meios militares e com a ameaça potencial da ação militar (Couto, 1988: 154);

– **Guerra Nuclear**: Guerra que se caracteriza pelo emprego de armas nucleares, combinado com ações clássicas e de guerra fria, com ameaças de um mais intenso ou extenso emprego de armas nucleares (Couto, 1988: 155-156);



– **Guerra Subversiva:** Luta conduzida no interior de um território, por parte da população, ajudada e reforçada, ou não, do exterior, contra a autoridade de direito ou de facto, com o fim de lhe retirar o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua ação. É uma luta prolongada, conduzida metodicamente, por forma a obterem-se objetivos intermédios específicos, que levam, finalmente, à conquista do poder (Couto, 1988: 158);

– **Guerra:** Violência organizada entre grupos políticos, em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim político, dirigida contra as fontes de poder do adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e azares (Couto, 1988: 148);

– **Nanotecnologias:** uma possível definição é dizer que estas correspondem ao projeto, caracterização, produção e aplicação de estruturas, dispositivos e sistemas em que a dimensão, forma ou função são controladas à escala nanométrica (João Pedro Conde, Departamento de Engenharia Química e Biológica do Instituto Superior Técnico).

– **Operações de Informação:** Ações coordenadas que visam influenciar o processo de decisão de adversários, em apoio dos objetivos gerais da aliança, afetando os seus processos baseados em informação, a sua informação e os seus Sistemas de Informação e Comunicações (SIC) e ao mesmo tempo que se exploram/protegem a nossa informação e os nossos SIC (NATO MC 422/1);

– **Organizações Internacionais:** Relações entre Estados, umas de vocação universal e outras de âmbito regional, de onde resultam tomadas de consciência de interesses comuns (Couto, 1988: 20);

– **Organizações Transnacionais:** Relações permanentes de vária natureza (religiosas, económicas, culturais, desportivas, etc.) entre indivíduos e grupos humanos, fora do quadro territorial de um único Estado (Couto, 1988: 19);

– **Princípio da Massa** – O sucesso militar resultará da concentração de um potencial de combate superior no local e momento decisivos. Geralmente, isto só é possível através da economia de potencial de combate noutros locais (Exército, 2005: Cap. 1, 3);



– **Revolução dos Assuntos Militares (RAM ou RMC):** Alteração significativa na natureza da guerra trazida pela aplicação inovadora de novas tecnologias que, combinadas com alterações significativas na doutrina militar e nos conceitos operacionais e organizacionais, alterou fundamentalmente o caráter e a condução das operações militares (Andrew Marshal);

– **Sistema Político Internacional:** Conjunto de centros independentes de decisões políticas que interatuam com uma certa frequência e regularidade (Couto, 1988: 19);

– **Targetting** - Processo de determinação dos efeitos necessários para atingir os objetivos do comandante, identificando as ações necessárias para criar os efeitos desejados através dos meios disponíveis, selecionando e priorizando os alvos e a sincronização dos fogos com outras capacidades militares e posteriormente avaliar a sua efetividade, conduzindo ações alternativas se necessário. (NATO, 2008: 1-1)



Apêndice 2 – Características particulares das G4G

1. Nível político das G4G

Na esfera política, os combatentes das G4G centram-se no uso de redes ou organizações internacionais, transnacionais, nacionais e regionais para seu próprio benefício, tirando partido das suas vulnerabilidades.

A utilização de organizações internacionais tem como objetivo criar um impasse político tanto nas organizações como nas nações que pretendem atingir. Os combatentes das G4G sabem que o clima de segurança no interior de um país tem influência direta na sua credibilidade internacional, seja ela política ou económica, possibilitando aos agressores a capacidade de afetar a situação do país.

Quanto às organizações transnacionais, como é o caso das estruturas religiosas, das organizações humanitárias, das estruturas económicas ou até mesmo das organizações criminosas, todas elas têm em comum o carácter transfronteiriço e o facto de não responderem perante um Estado. A sua utilização por parte dos combatentes das G4G varia consoante a situação estratégica, podendo ser aproveitadas como fontes de recrutamento, santuários, fontes de financiamento, etc.

Os combatentes das G4G podem, neste caso, adquirir também vantagem na adesão e/ou formação de alianças, sejam elas políticas, financeiras, ideológicas ou de qualquer outro nível, consoante o decorrer dos conflitos de quarta geração. (Hammes, 2008: 37-39).

2. Nível estratégico das G4G

A nível estratégico, o objetivo das G4G não é o de adquirir superioridade no campo de batalha. Em vez disso, pretende transmitir mensagens aos decisores políticos e aqueles que os poderão influenciar, cada uma delas baseada no princípio básico da guerra: o de mudar a vontade política do adversário relativamente ao respetivo interesse nacional.

Como refere Barroso (2007: 19), “*[a] vitória é alcançada através da utilização de todas as redes disponíveis, a fim de mostrar à liderança adversária que o custo pode não compensar os ganhos*”.

Ainda assim, as G4G não evitam o derramamento de sangue, para conseguir atingir os seus objetivos. Embora não tenham a preocupação de construir uma estrutura de guerra



robusta, com grande aquisição de armamento, como acontecia nas anteriores gerações da guerra, as suas vítimas serão essencialmente civis, onde os ataques são efetuados recorrendo, normalmente, a materiais existentes na sociedade. Esta configuração permite-lhes não se preocuparem com grandes questões logísticas, como por exemplo o transporte de abastecimentos a longas distâncias. Têm apenas de “movimentar” fundos e ideias, que podem ser ambos movidos, instantaneamente, via cibernética.

Mesmo a nível estratégico, a relevância da utilização dos média para moldar a vontade do adversário é muito importante, e continuará a ser um fator importante até ao nível tático (Hammes, 2008: 36-37).

3. Nível operacional das G4G

No que ao nível operacional diz respeito, as preocupações dos combatentes das G4G são as de determinar as mensagens que pretendem transmitir, as melhores redes para efetuar essa transmissão, as suas repercussões perante as audiências-alvo e, finalmente, a medição e análise do sucesso com que foi efetuada essa ação.

Este objetivo, confirmando o que foi já referido quanto à reduzida necessidade destas forças terem uma grande capacidade de C2, tem uma grande facilidade em ser alcançado, devido à grande expansão da internet e à globalização. Enquanto que as grandes potências se preocupam em fornecer aos seus soldados grandes capacidades de comunicação e de informação, a proliferação da internet que está hoje disponível “ao virar da esquina”, permite a sua fácil e cómoda utilização, com custos extremamente reduzidos, aos combatentes das G4G.

Para cumprir os seus objetivos estratégicos, através da expansão das suas ideias e da movimentação dos seus financiamentos, bastará a estes atores uma eficaz utilização das ferramentas que têm ao seu dispor, como o correio eletrónico, o correio postal, as mensagens subliminares em anúncios, etc. Tentarão submeter as suas mensagens através do confuso e desordenado ambiente da atividade diária característica da sociedade atual. As suas gentes farão o possível para se fundirem com tudo aquilo que a sociedade civil lhes coloca ao dispor. O resultado final será a difícil deteção das atividades operacionais dos combatentes das G4G (Hammes, 2008: 39-41).



4. Nível tático das G4G

Taticamente, as G4G são conduzidas num ambiente bastante complexo, próprios dos conflitos de baixa intensidade (Barroso, 2007: 20). Não obstante, pela observação do que ocorreu nos conflitos mais recentes, uma certeza pode ser garantida: os combatentes das G4G não vão usar métodos da guerra convencional.

Será, por isso, habitual que mensagens que pretendam produzir efeitos imediatos e com grande impacto sejam transmitidas através dos média. Por outro lado, mensagens com fins mais prolongados no tempo, sejam veiculadas através de organizações transnacionais ou através de redes sociais.

Os não-combatentes, ou atores não-violentos, estarão também com uma forte presença nas G4G, através de manifestações, protestos, entrevistas nos média, sites da internet e outros métodos não-agressivos das G4G, criando problemas aos seus oponentes, uma vez que estes terão de empenhar efetivos policiais, militares, políticos e estratégicos, para lidar com todos os problemas criados pelos métodos referidos (Hammes, 2008: 39-41).



Apêndice 3 – Descrição dos autores

- **Antulio J. Echevarria II** tornou-se Diretor de Investigação do *U.S. Army War College* depois de uma carreira militar de 23 anos. Tem uma série de missões de comando e estado-maior na Europa e nos EUA. É autor de várias obras e publicações em escolas e jornais profissionais em assuntos relacionados com história militar e com a teoria e pensamento estratégicos. É graduado pela *U.S. Military Academy*, pelo *U.S. Army Command and General Staff College* e pelo *U.S. Army War College*, e possui o grau de mestrado e doutoramento em história pela Universidade de Princeton.
- **Edward Luttwak** é um associado sénior do *Center for Strategic and International Studies* (CSIS) dos EUA, e foi consultor do Gabinete do Secretário de Defesa, do Conselho de Segurança Nacional, do Departamento de Estado, do Exército, da Marinha e da FA dos EUA, e de uma série de governos aliados bem como de corporações e instituições financeiras internacionais. É um palestrante frequente em universidades e colégios militares nos Estados Unidos e no exterior.
- **James J. Wirtz** é Professor Associado de Assuntos de Segurança Nacional na *Naval Postgraduate School*, em Monterey, Califórnia. Os seus graus académicos em Ciências Políticas foram obtidos na Universidade de Columbia e na Universidade de Delaware. Foi professor associado no Centro de Relações Internacionais da Universidade de Harvard, e juntou-se à *Naval Postgraduate School* em 1990, após ter lecionado na Faculdade Franklin & Marshall. É autor de diversas obras, e atualmente é professor de cursos de inovação militar e guerra conjunta, teoria das relações internacionais e informações.
- **John Ferris**, foi Chefe do Departamento de História da Universidade de Calgary, e é especialista em história militar e diplomática, bem como em informações. Continua a trabalhar na formação de políticas estratégicas sobre o valor e os limites das informações no processo de decisão militar.



- **Sir Lawrence Freedman** é desde 1982 professor de Estudos de Guerra e desde 2003 Vice-Diretor (Investigação) no King's College de Londres. A sua formação começou na *Whitley Bay Grammar School*, em Inglaterra, e foi continuada na Universidade de Manchester (BA), na Universidade de York (B Phil) e na Universidade de Oxford (D Phil). Cargos sucessivos de pesquisa na Universidade de York, Nuffield College, no Balliol College de Oxford e no Instituto Internacional para Estudos Estratégicos de Londres deu-lhe uma ampla gama de contatos no seu campo de interesse particular de investigação em defesa contemporânea e questões de política externa
- **Thomas X. Hammes** é Coronel na situação de reforma, do Corpo de Marines dos Estados Unidos da América. Concluiu o curso na Academia Naval dos Estados Unidos, tendo ingressado no Corpo de Marines. É Mestre e Doutorado em História pela Universidade de Oxford, sendo autor de diversos artigos, e considerado um especialista em contrassubversão. Nos anos 80, a par do historiador William Lind, lançou o conceito das gerações da guerra. (Security National Journal 2010). .
- **William S. Lind**, é Mestre em História pela Universidade de Princeton. É diretor do Center for Cultural Conservatism da Fundação Free Congress. Foi acessor legislativo para as Forças Armadas do senador Robert Taft, Jr. Na década de 80, a par do Cor Thomas Hammes, lançou o conceito das gerações da guerra (Military Site Map, 2010).